



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

PROCESSO Nº 4103/2026

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA

10h00 min do dia 29/06/2026

Objeto aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AO COMPLEXO DE NATACÃO NEREU GOUVÊA, visando executar as ações elaboradas no PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para atender à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

R\$ 852.774,15 (oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e quinze centavos)

Legislação	Registro de Preços	Instrumento Contratual		Critério de Julgamento
14.133/2021	NÃO	Nota de Empenho/Contrato		MENOR PREÇO
Licitação Exclusiva ME/EPP	Cota para ME/EPP	Vistoria	Exige Amostra ou Demonstração	Modo de Disputa
Não	Não	Não	Não	Aberto/fechado

Pedido de Esclarecimento e Impugnações

Até 03 (três) dias úteis, antes da data de abertura da sessão pública, para os endereços eletrônicos: cpl@paranagua.pr.gov.br e izabelle.garcia@paranagua.pr.gov.br ou demais [condições do Edital](#).

Observações Gerais

O pregão será realizado exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações: www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal), www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), para o recebimento de propostas, abertura, disputa de preços e demais atos;

O edital está disponível para download sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais.

Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira Izabelle Garcia Domingues e equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal n.º 455/2025.

- **E-mail:** cpl@paranagua.pr.gov.br e izabelle.garcia@paranagua.pr.gov.br
- **Telefones:** (41) 3721-1810
- **Endereço:** Rua Júlia da Costa, nº 322 – CEP 83.203-060, Paranaguá / Paraná

O atendimento será feito das 08h00min às 11 h e das 13h00min às 18 h, dias úteis, horário de Brasília – DF.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

PROCESSO 4103/2026

ÍNDICE

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
5. DA IMPUGNAÇÃO, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, PUBLICIDADE DOS ATOS E DECISÕES
6. DO CREDENCIAMENTO NO COMPRAS GOV
7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
8. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICA
9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL **(ATUALIZADA)**
13. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
14. DA AMOSTRA
15. DA HABILITAÇÃO
16. DO RECURSO
17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
19. DA FORMA DE ENTREGA
20. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
21. DA GARANTIA CONTRATUAL
22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
23. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
25. DAS SANÇÕES
26. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
29. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
30. MEDIDAS ACAUTELADORAS
31. FRAUDE E CORRUPÇÃO
32. DISPOSIÇÕES FINAIS



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

ANEXOS DO EDITAL

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO III - MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - (VALORES ATUALIZADOS
CONFORME LANCE FINAL)

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO
7 INCISO XXXIII

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE
MICROEMPRESA, EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

ANEXO IX - DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE A
HABILITAÇÃO

ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026

PROCESSO 4103/2026

1. PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de Governo, por intermédio do Pregoeiro nomeada através do Decreto nº 1203/2025, torna público que, fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço total do lote, visando a aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AO COMPLEXO DE NATAÇÃO NEREU GOUVÊA, visando executar as ações elaboradas no PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para atender à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida no(s) auto(s) do Processo nº 4103/2026 e anexos, cujo procedimento está adstrito as seguintes normas de regência: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 4.319/2023 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3 Os trabalhos serão conduzidos por servidora pública nomeada por meio do Decreto Municipal nº 1203/2025, denominada PREGOEIRA, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo www.compras.gov.br.

1.4 O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), conforme datas e horários definidos:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

1.5 O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos em sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto da presente licitação a aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AO COMPLEXO DE NATAÇÃO NEREU GOUVÊA, visando executar as ações elaboradas no PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para atender à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral,, conforme condições, quantitativo e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 A licitação será dividida em 45 (quarenta e cinco) LOTES, constante na tabela 3.4 do Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3 O Contratado será obrigado a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato celebrado entre as partes, na forma do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021

3. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 O valor total máximo previsto para o presente certame importa em R\$ 852.774,15 (oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e quinze centavos) , para o quantitativo constante no ANEXO I – Termo de Referência.

3.2 A competição se dará por menor preço total do lote/item, sendo que o licitante deverá formular sua proposta final respeitando os valores máximos fixados neste Edital, sem possibilidade de ultrapassá-los, sob pena de desclassificação.

3.3 O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta do recurso da seguinte dotação orçamentária, para o exercício de 2026, devidamente ajustada na dotação do exercício subsequente:

11.001.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1000

11.001.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1104

11.001.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1103

11.002.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1107



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

19.001.27.122.13.2190.3339030 FONTE 1000

3.4. São fixados os seguintes preços máximos por item, conforme descrito nas tabelas abaixo constantes:

LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DO ITEM	VALOR TOTAL DO LOTE
1	BOLA DE FUTSAL COM 49-52 CM - 250-350 G, 14 GOMOS, CÂMARA 6D, DUBA COLAGEM, MATERIAL PU, ULTRA FUSION, FORRO TERMOFIXO MIOLO CÁPULA SIS, SELO DA CBFS	250	R\$ 125,72	R\$ 31.430,00
2	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO PESO: 410-450G, CIRCUNFERÊNCIA: 68-70 CM, GOMOS: 6, LAMINADO: PU, CONSTRUÇÃO: ULTRA FUSION, SISTEMA 6D, SISTEMA DE FORRO: TERMOFIXO, CAMADA INTERNA: EVACEL, PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM, MIOLO: CÁPULA SIS.	250	R\$ 180,17	R\$ 45.042,50
3	BOLA DE VOLEIBOL PESO: 260-280G, CIRCUNFERÊNCIA: 65-67 CM, GOMOS: 18, LAMINADO: MICROFIBRA, CONSTRUÇÃO: TERMOTEC, CÂMARA: 6D, SISTEMA DE FORRO: TERMOFIXO, CAMADA INTERNA: NEOTEC, PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM, MIOLO: CÁPULA SIS, APROVADO PELA FIVB.	250	R\$ 267,77	R\$ 66.942,50
4	BOLA DE VOLEIBOL DE PRAIA, COM 65-67CM, 260-280G, 6 GOMOS, LAMINADO MICROPOWER, ULTRAFUSION, CAMARA 6D, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, CAMADA INTERNA EVACEL, DUPLA COLAGEM, CAPSULA SIS.	250	R\$ 173,17	R\$ 43.292,50
5	REDE DE VOLEIBOL COMPETIÇÃO 4 LONAS, EMBORRACHADA, MALHA 10X10, EM PROLIPROPILENO SEDA, 10X1 MTRS, LONA SUPERIOR 7CM, INFERIOR DE 5CM, ILHÓS NAS EXTREMIDADES, REFORÇO NAS EXTREMIDADES, PARA PROTEGER NA AÇÃO CORTANTE DO CABO DE AÇO, GUIA PARA PASSAGEM DO CABO DE AÇO, ESTICADORES E GANCHO PARA INSTALAÇÃO, COSTURA DUPLA COM LINHA 0,40 DE POLIAMIDA.	63	R\$ 269,16	R\$ 16.957,08
6	BOLA DE BASQUETEBOL COM 72,4 – 75 CM, 450 – 567 G, MATERIA BORRACHA, APROVADA PELA NBB	200	R\$ 363,56	R\$ 72.712,00
7	BOLA DE BASQUETEBOL INFANTIL COM 42 A 46CM, 170 A 190G, MATERIAL BORRACHA, MATERIAL RESISTENTE	250	R\$ 98,47	R\$ 24.617,50
8	BOLA DE HANDEBOL COM 50 – 52CM, 290 – 350G, CÂMARA 6D, ULTRA FUSION, 6 GOMOS, CAMADA INTERNA EVACEL, RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL	180	R\$ 167,59	R\$ 30.166,20



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

9	COLETE 100% PES DRY COM GRAMATURA DE 135GR/M2 , NAS CORES VERDE / VERMELHO / AZUL / AMARELO / ROXO /TURQUESA. COM A LOGO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TAMANHO: INFANTIL	1800	R\$ 19,40	R\$ 34.920,00
10	CORDA DE PULAR COM ROLAMENTO AJUSTÁVEL SEU COMPRIMENTO É LONGO EM 2,75 COM A PRÁTICA POSSIBILIDADE DE REGULAGEM PARA AJUSTE DE ACORDO COM A ALTURA DO USUÁRIO. JÁ AS ALÇAS SÃO LEVES PARA UMA ROTAÇÃO RÁPIDA E BALANÇO SUAVE	550	R\$ 45,51	R\$ 25.030,50
11	CONE DEMARCATÓRIO, MODELO "CHAPÉU CHINÊS", EM MATERIAL PVC FLEXÍVEL, ALTURA: 5 CM; DIÂMETRO BASE: 19 CM; DIÂMETRO TOPO: 5 CM;,,	1260	R\$ 2,45	R\$ 3.087,00
12	CONE DEMARCATÓRIO, COM 50CM DE ALTURA, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR LARANJA E FAIXAS REFLETIVAS	370	R\$ 17,63	R\$ 6.523,10
13	PAR MINI TRAVE DE FUTEBOL DE FERRO, SEM ENCAIXE, COM REDE. REDE: NYLON / SEDA COM MALHA 5CM, ESTRUTURA: TUBO DE AÇO CARBONO 2 POLEGADAS, PINTURA EPÓXI NA COR BRANCA, ENCAIXES DA REDE POLIETILENO INJETADO, DIMENSÕES (A x L x P) 60 X 90 X 45.	63	R\$ 290,31	R\$ 18.289,53
14	COLCHONETE DE EXERCÍCIOS - PRETO. COLCHONETE MEDIDA 90 CM DE COMPRIMENTO 40 CM DE LARGURA POR 3 CM DE ESPESSURA. CONFECCIONADO EM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA RESISTÊNCIA IMPERMEÁVEL COR: COLORIDO	930	R\$ 29,81	R\$ 27.723,30
15	KIT MINI VÔLEI. PRODUZIDO COM MATERIAIS DE ALTA QUALIDADE PARA PROPORCIONAR DURABILIDADE E UMA DIVERSÃO SEGURA. FÁCIL DE MONTAR E AJUSTAR. INDICADO PARA CRIANÇA A PARTIR DE 06 ANOS. PINTURA EPÓXI DE ALTA RESISTÊNCIA NA COR LARANJA. PESO EMBALAGEM : 10,5 KG. MEDIDA EMBALAGEM: 63	63	R\$ 453,65	R\$ 28.579,95
16	CALIBRADOR DE BOLA COM BICO SOBRESSALENTE CONSTRUÍDO EM ALUMÍNIO.	53	R\$ 33,72	R\$ 1.787,16
17	BOMBA PARA ENCHER BOLAS, EM POLIPROPILENO COM CAPACIDADE DE INFLAR EM AMBOS OS SENTIDOS QUANDO PRESSIONADA, COM MANGUEIRA REVESTIDA DE ALTA DURABILIDADE E DUAS AGULHAS.	53	R\$ 27,40	R\$ 1.452,20
18	SACO PARA CARREGAR BOLA	53	R\$ 43,49	R\$ 2.304,97
19	CRONÔMETRO DIGITAL COM ACUMULO DE LAPS DE NO MÍNIMO 150 LAPS, WATTER RESISTENT.	48	R\$ 87,30	R\$ 4.190,40
20	BOLA DE BORRACHA CORES SORTIDAS. Nº03 (18 A 19CM DE CIRCUNFERÊNCIA - PESO 38 A 43 GRAMAS) IDEAL PARA INICIAÇÃO ESPORTIVA	380	R\$ 8,09	R\$ 3.074,20



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

21	BOLA DE BORRACHA CORES SORTIDAS. Nº06 (31 A 33CM DE CIRCUNFERÊNCIA - PESO 120 A 130 GRAMAS) IDEAL PARA INICIAÇÃO ESPORTIVA	380	R\$ 17,76	R\$ 6.748,80
22	BOLA DE BORRACHA CORES SORTIDAS. Nº10 (44 A 48CM DE CIRCUNFERÊNCIA - PESO 244 A 270 GRAMAS) IDEAL PARA INICIAÇÃO ESPORTIVA	380	R\$ 28,06	R\$ 10.662,80
23	JOGO DE DAMA COM TABULEIRO EM MADEIRA MEDINDO 30X30CM E PEÇAS EM PLÁSTICOS.	185	R\$ 55,20	R\$ 10.212,00
24	JOGO DE TRILHA COM TABULEIRO EM MADEIRA MEDINDO 30X30CM E PEÇAS EM PLÁSTICOS.	185	R\$ 45,64	R\$ 8.443,40
25	JOGO DE DOMINÓ COM PEÇAS EM PLÁSTICOS E ESTOJO EM PLÁSTICO	185	R\$ 25,98	R\$ 4.806,30
26	JOGO UNO CONTENDO 114 UNIDADES DE CARTAS NO FORMATO 56 MM X 87 MM	185	R\$ 19,31	R\$ 3.572,35
27	JOGO DE PEGAR VARETAS, 31 VARETAS EM PLÁSTICO COLORIDAS PESO DO PRODUTO: 0,046 G, DIMENSÕES DO PRODUTO: (A X L X P) 4,5 X 20,0 X 5,5, GARANTIA DO FABRICANTE: 12 MESES	185	R\$ 14,24	R\$ 2.634,40
28	JOGO DE XADREZ COM MALETA E PEÇAS EM MADEIRA E O REI COM 5,7 CM E MANUAL DE REGRAS.	215	R\$ 148,79	R\$ 31.989,85
29	TORRE DE EQUILÍBRIO GRANDE 60CM - TIPO JENGA COM CAIXOTE.DIMENSÕES APROXIMADAS: PEÇAS: 112MM DE COMPRIMENTO X 36MM DE LARGURA X 30MM DE ALTURA; CAIXOTE: 350MM DE COMPRIMENTO X 270MM DE LARGURA X 125MM DE ALTURA; ALTURA INICIAL APROXIMADA DA TORRE 600MM (20 FILEIRAS DE 3 PEÇAS) 60 PEÇAS + 1 CAIXOTE	185	R\$ 32,69	R\$ 6.047,65
30	JOGO DA MEMÓRIA ESPORTES EDUCATIVO – COM 48 PEÇAS DIMENSÕES DAS CAIXAS: L:25CM X A:20CM	185	R\$ 32,50	R\$ 6.012,50
31	JOGO DA MEMÓRIA ESPORTES EM MADEIRA – COM 24 PEÇAS	185	R\$ 20,71	R\$ 3.831,35
32	BAMBOLE 63CM, ARO DE PLÁSTICO PVC REFORÇADO COM 63 CM DE DIÂMETRO PARA GINÁSTICA.	600	R\$ 4,76	R\$ 2.856,00
33	PACOTE KIT COM 100 BOLINHAS COLORIDAS PARA PISCINA INFANTIL RESISTENTES – COM 100 UNIDADES FEITAS DE PLÁSTICO POLIETILENO NÃO TÓXICO.	50	R\$ 48,47	R\$ 2.423,50
34	Material em polietileno expandindo de 1,6m à 1,65m diâmetro de 6,0 à 6,5cm cores variadas	130	R\$ 15,96	R\$ 2.074,80
35	Bola de borracha vulcanizada, nº 12, circunferência de 56cm à 59cm, peso entre 250g à 340g, diâmetro de 17,8 à 18,5	150	R\$ 35,20	R\$ 5.280,00
36	Bastão triangular material em EVA – tamanho 100x17x9 – 1kg	75	R\$ 113,76	R\$ 8.532,00
37	Halteres de EVA – 30x10x11 – 1kg	300	R\$ 129,62	R\$ 38.886,00
38	Material em EVA – (etil vinil acetato) – 250 gramas 24x34x3cm	150	R\$ 47,05	R\$ 7.057,50
39	Material em EVA (etil – vinil – acetato) 40x27x30	300	R\$ 49,09	R\$ 14.727,00



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

40	Cesto telado de 60 litros	22	R\$ 32,64	R\$ 718,08
41	Cesto telado de 30 litros	22	R\$ 24,82	R\$ 546,04
TOTAL DOS LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP				R\$ 666.184,91

LOTES COM COTA DE 25 % EXCLUSIVO PARA ME E EPP

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DO ITEM	VALOR TOTAL DO LOTE
42	Tatame em EVA 1x1x3	258	R\$ 82,32	R\$ 21.238,56
43	Colchonte revestido em napa 120x60x10	125	R\$ 203,27	R\$ 25.408,75
TOTAL DOS LOTES COM COTA DE 25 % PARA ME E EPP				R\$ 46.647,31

LOTES GERAL - PARA TODOS

44	Tatame em EVA 1x1x3	774	R\$ 82,32	R\$ 63.715,68
45	Colchonte revestido em napa 120x60x10	375	R\$ 203,27	R\$ 76.226,25
TOTAL DOS LOTES GERAL - PARA TODOS				R\$ 139.941,93

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 4.1 O critério de julgamento da presente licitação é o MENOR PREÇO total do item.
- 4.2 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.
- 4.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação do orçamento estimado.
- 4.4 MODO DE DISPUTA: **ABERTO/FECHADO:** izabelle.garcia@paranagua.pr.gov.br

5. DA IMPUGNAÇÃO, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, PUBLICIDADE DOS ATOS E DECISÕES

5.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, somente serão prestados e considerados quando apresentados por escrito, dirigido a Pregoeira, devendo ser protocolado, por protocolo eletrônico até às 23h59min do prazo legal, encaminhada aos seguintes endereços eletrônicos: cpl@paranagua.pr.gov.br e izabelle.garcia@paranagua.pr.gov.br.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

5.1.1 O horário de atendimento da Secretaria Municipal da Administração no Protocolo Geral, sito a Rua Júlia da Costa 322, Centro, é das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 18h00 HORÁRIO DE Brasília – DF, nos dias úteis.

5.1.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

5.2 Não será conhecida a impugnação apresentada fora do prazo legal.

5.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, disponibilizado para consulta no sítio eletrônico: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais.

5.4 Caso seja acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.5 Os atos e decisões da presente licitação serão divulgados em sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais, para ciência de todos os interessados.

6. DO CREDENCIAMENTO NO COMPRAS GOV

6.1 Poderão participar deste certame as interessadas estabelecidas no País, que estiverem previamente CREDENCIADAS junto ao Portal do Governo Federal: (www.compras.gov.br), que atendam todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com ramo de atuação/atividade pertinente ao objeto da licitação

6.2 Para se cadastrar no Portal de Compras do Governo, a empresa deve acessar o site www.gov.br/compras, clique em "Fornecedor", depois em "Cadastro" e siga as instruções para criar um login e senha, caso não possua um e-mail do Gov.br registrado para sua empresa. O registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) também é essencial, e pode ser feito diretamente pelo site ou pelo aplicativo móvel do Compras.gov.br.

6.3 O uso de senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

excluída a responsabilidade do provedor do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos apontamentos tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4.1 A não observância do disposto nesse item poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.5 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.6 Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões “Microempresa”, “Empresa de Pequeno Porte”, ou suas respectivas abreviações “ME”, “EPP”, à sua firma ou denominação, conforme o caso. 6.5.1 Caso o licitante já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no junto ao Portal de Compras do Governo Federal. 6.5.2 Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: A obtenção do benefício a que se refere o item.

6.7 fica limitada às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

6.8 A comprovação de que trata o subitem 6.6, quanto à condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

a) Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

b) Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado e, subsequente, encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e horário limite estabelecidos para abertura da sessão pública. OBS.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site: www.gov.br/compras, opção “Acesso ao Sistema”.

7.1.1 Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

7.1.1.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação referida no item 7.1.1 Sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

7.1.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

7.1.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

7.2 Não poderão participar deste Pregão:

7.2.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

7.2.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.2.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários; 7.2.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

7.2.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.2.5.1 O servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

7.2.5.2 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

7.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.2.8 Tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

7.2.9 Constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 7.2.8, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

7.2.10 Tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 7.2.9;

7.2.11 Não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

7.2.12 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021

7.2.13 Empresas cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

7.2.14 Empresas que não se qualifiquem como microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP, ou Microempreendedor Individual - MEI, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações subsequentes;

7.2.15 Não poderão disputar da licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

7.3 No processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, nos termos do disposto no art. 15 da Lei 14.133/2021, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico financeira, salvo justificativa.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o apontamento do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

7.4 Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput, do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos – calendários anteriores;
- i) Constituída sob a forma de sociedade por ações. 7.5 A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis

8. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

8.1 A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site:

www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), a partir da liberação do Edital, até a data e horário de abertura da sessão pública, horário de Brasília-DF.

8.2 A proposta eletrônica deverá indicar o valor total, por item, de acordo com o praticado no mercado, em algarismo (total), em moeda corrente nacional (R\$).

8.3 o conteúdo das propostas é SIGILOSO até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021).

8.4 Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

8.5 O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.6 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

8.7 Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.

9.DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1 A partir da data e horário de abertura da sessão pública na internet, horário de Brasília-DF, no sítio eletrônico: www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas). será aberta por comando da Pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas no sistema e início da etapa de lances.

9.2 A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4 A desclassificação da proposta eletrônica será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas eletrônicas classificadas para participação da fase de lances.

9.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas eletrônicas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de anotação e valor do lance.

10.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor do menor preço do lote, de acordo com o praticado no mercado, em algarismo (total), em moeda corrente nacional (R\$).

10.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e cadastrado em primeiro lugar pelo sistema.

10.4 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e cadastrado no sistema.

10.5 Não foi estipulado o intervalo mínimo de diferença de valores entre lances para este certame.

10.6 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à plataforma do Compras.gov:

10.7 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, é vedada a identificação do ofertante até o encerramento dos lances.

10.8 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto/fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, decrescentes, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas vigentes.

10.10 A Pregoeira poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

10.11 Realizada a diligência, a Pregoeira notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

10.12 Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.13 Caso a desconexão da Pregoeira persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio: www.gov.br/compras



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

10.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.15 Após a fase de lances, o procedimento de “empate” será detectado automaticamente pelo sistema, se for o caso.

10.16 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entende-se como empate (ficto) as propostas apresentadas pelas ME e EPP, e MEI, que sejam superiores em até 05% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada. Esse benefício se aplicará ao item destinado à concorrência geral, quando couber.

10.17 Para efeito do disposto no subitem 10.16 deste edital, ocorrendo empate (ficto), proceder-se-á, da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

b) Não ocorrendo interesse da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), na forma da alínea “a” deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.19 deste edital, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.18 Em caso de empate aritmético, verificada a equivalência de valores das propostas entre Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, e do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, o desempate será decidido mediante sorteio entre os licitantes por meio de mecanismo do sistema eletrônico de Pregão a ser utilizado.

10.19 Não havendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual (MEI), classificadas ou habilitadas, segundo os critérios da Lei Complementar nº 123/2006, será convocado o licitante detentor da proposta de menor valor, originalmente apresentada.

10.20 O disposto nos subitens 10.16 e 10.17 aplicar-se-á quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e no caso de Microempreendedor Individual (MEI).



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1 Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital

11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL (ATUALIZADA)

12.1 O Licitante arrematante deverá encaminhar em formato eletrônico, a PROPOSTA ESCRITA (atualizada conforme valor do lance final) e a HABILITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas) em campo próprio do sistema, observando data e horário limite estabelecido no item 12.5 do Edital.

12.1.1 Em caso de necessidade do envio do original ou qualquer processo de cópia autenticada, por Correios ou equivalente, os quais deverão ser entregues no Departamento de Licitações no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte a solicitação formal no chat de mensagens do sistema eletrônico, deverá ser entregue em envelope fechado ou lacrado, indicando na sua parte frontal:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E SUPRIMENTOS

RUA JÚLIA DA COSTA, nº 322 – CENTRO, PARANAGUÁ, PARANÁ, – CEP: 83203-060,

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

A/C: IZABELLE GARCIA DOMINGUES

12.2 A proposta escrita do Licitante arrematante deverá indicar preços unitários e totais, por item, de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (0,00), atualizados conforme o valor do lance final ofertado pelo licitante arrematante.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

12.2.1 Em caso de divergência entre os valores unitários e totais do item, serão considerados os primeiros, e entre os valores em algarismo e por extenso, será considerado este último.

12.3 A proposta escrita do Licitante arrematante deverá ser apresentada na forma do Anexo V deste Edital, redigida em papel timbrado, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, ou com identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), ou devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone, e-mail e pessoa de contato;
- b) Preços unitários e total em Real (R\$), por item, com apenas duas casas decimais (0,00). No preço ofertado deverão estar inclusos todos e quaisquer custos necessários para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, descontos, licenças, fretes, seguros, mão de obra entre outras despesas que incidam direta ou indiretamente na contratação; c) A declaração de que os itens, objeto deste procedimento licitatório serão entregues pela empresa contratada no endereço do órgão solicitante, nos prazos estabelecidos neste edital, mediante recebimento da Nota de Empenho;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contado a partir da data de apresentação;
- e) Fabricante, Marca, Modelo e/ou Referência, se houver, obedecendo as planilhas dos itens.

Essas informações poderão constar no campo “Informações Adicionais” do formulário proposta do sistema eletrônico, e deverão ser informadas na proposta escrita.

12.4 O licitante deverá juntar, obrigatoriamente, à proposta de preços (atualizada):

- a) Dados do representante legal (nome, CI, CPF) com poderes específicos para assinar o contrato, conforme Anexo IV deste edital.

12.5 A Proposta Escrita e Habilitação do Licitante arrematante deverão ser inseridos em campo próprio do sistema compras gov, no prazo de até 02 (duas) horas úteis , prorrogáveis por igual período, a contar do encerramento da disputa, com proposta adequada conforme valor ofertado no lance e após a negociação realizada, o valor



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

final não deverá ultrapassar o máximo fixado no edital, acompanhados, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.5.1 Os prazos de envio estão em conformidade com a Instrução Normativa nº 10/2024, do Portal de Compras do Governo Federal.

12.5.1.1 O disposto nesta cláusula decorre da atualização normativa estabelecida pela mencionada Instrução Normativa, a qual reafirma as determinações já previstas nas Instruções Normativas nº 73/2022 e nº 96/2022, ambas editadas pela Seges/MGI

12.5.2 Em caso de necessidade do envio do original ou qualquer processo de cópia autenticada, por Correios ou equivalente, os quais deverão ser entregues no Departamento de Licitações no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte a solicitação formal no chat de mensagens do sistema eletrônico, deverá ser entregue em envelope fechado ou lacrado.

12.6 Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.

12.7 O preço ofertado deverá corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.

12.8 Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.

12.9 Não serão admitidas cotações de preços para produtos usados, recondicionados ou recuperados sob qualquer forma.

13. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 Concluída a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) analisará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço com o valor máximo previsto neste Edital e em seus anexos, conforme o art. 95 do Decreto nº 4.319/2023.

13.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que:

I – apresentar preço superior ao limite máximo definido;

II – oferecer desconto inferior ao mínimo exigido; ou



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

III – indicar preço manifestamente inexequível.

13.2.1 Considera-se inexequível a proposta com preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os custos de mercado e encargos legais, ainda que o edital não fixe limites mínimos, salvo quando se referirem a bens ou instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais haja renúncia total ou parcial de remuneração.

13.2.2 A verificação da exequibilidade será feita com base na *Planilha de Custos e Formação de Preços*, a ser preenchida de acordo com o modelo constante deste Edital.

13.2.3 A planilha deverá ser enviada exclusivamente pelo sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas contadas da solicitação do(a) Pregoeiro(a), com os valores ajustados ao lance vencedor. A análise ocorrerá no momento da aceitação da proposta.

13.2.4 A inexequibilidade de valores isolados da planilha não ensejará desclassificação, desde que não infrinja exigências legais.

13.2.5 Será considerada inexequível a proposta cujo licitante não comprove possuir recursos suficientes para execução do objeto, apresentando valores simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os custos de mercado e encargos legais, excetuadas as hipóteses de bens próprios, conforme o item 6.2.1.

13.2.5.1 Quando adotado o critério de maior desconto, com possibilidade de lances negativos, não se considerará inexequível a proposta com valores inferiores a zero, conforme inciso LVI do art. 2º do Decreto nº 4.319/2023.

13.3 Caso haja indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos, o(a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências, conforme art. 92 do Decreto nº 4.319/2023, para que o licitante comprove a viabilidade da proposta.

13.4 O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar documentos complementares pelo sistema eletrônico, a serem enviados no prazo de 24 (vinte e quatro), sob pena de não aceitação da proposta.

13.4.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

13.5 Todas as informações da planilha deverão refletir fielmente os custos indicados pelo licitante.

13.6 O(a) Pregoeiro(a) verificará a compatibilidade dos preços unitários apresentados com os valores praticados no mercado para os serviços envolvidos.

13.7 Erros no preenchimento da planilha não acarretarão desclassificação. O licitante poderá corrigi-los no prazo definido pelo(a) Pregoeiro(a), desde que não haja majoração do preço.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

13.7.1 As correções se limitarão a sanar falhas que não alterem o conteúdo da proposta.

13.7.2 Considera-se erro passível de correção, por exemplo, a indicação indevida de recolhimento de tributos pelo regime do Simples Nacional.

13.8 Para verificar o atendimento às especificações do objeto, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação técnica do setor requisitante ou da área especializada.

13.9 Qualquer interessado poderá requerer diligências para comprovar a exequibilidade ou legalidade das propostas, devendo apresentar os indícios ou provas que fundamentem o pedido.

13.10 Caso seja necessário suspender a sessão pública para realização de diligências, a retomada ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, devidamente registrada em ata.

13.11 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para envio de documentos complementares no prazo de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.11.1 O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação fundamentada do licitante antes do seu término.

13.11.2 Poderão ser solicitados documentos que detalhem as características do material ofertado (marca, modelo, tipo, fabricante e procedência), bem como catálogos, folhetos ou propostas eletrônicas.

13.12 Caso a proposta ou lance vencedor seja desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) analisará o seguinte na ordem de classificação.

13.13 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão, informando no chat a nova data e horário de continuidade.

13.14 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta, por meio do sistema, ao licitante com o melhor lance, visando obter preço mais vantajoso, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.14.1 Também poderá haver negociação com o licitante subsequente, caso a proposta anterior não seja aceita.

13.14.2 As negociações serão conduzidas pelo sistema e poderão ser acompanhadas pelos demais participantes.

13.15 Nos itens não exclusivos para microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais, caso a proposta não seja aceita, o sistema verificará automaticamente a ocorrência de empate ficto, conforme arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

13.16 Concluída a análise da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, conforme disposto neste Edital.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

14. DA AMOSTRA

14.1 Não será necessária a apresentação de amostra, poderá(ão) ser efetuada(s) diligência(s) para sanar ou esclarecer questões sobre o objeto proposto, durante o julgamento da proposta.

14.1.1 A solicitação será efetuada formalmente por meio de envio de mensagem no sistema ou e-mail, sendo que a licitante arrematante deverá apresentar o solicitado no prazo estabelecido, quando for o caso. A falta de apresentação de esclarecimentos/manifestação da arrematante acarretará na desclassificação da licitante arrematante..

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em formato eletrônico, juntamente com a proposta comercial (atualizada conforme lance final), estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, sendo que somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação de documentos originais não-eletrônicos quando houver dúvida em relação à integridade do documento eletrônico, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia com autenticação por cartório competente ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

15.2 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

15.3 Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

15.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

15.4.1 Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

15.4.2 Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

15.4.3 Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

15.4.4 Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da unidade que realizará o certame.

15.5 Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

15.5.1 À habilitação jurídica;

15.5.2 À qualificação econômico-financeira;

15.5.3 À regularidade fiscal e trabalhista;

15.5.4 Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

15.6 Documentos relativos à habilitação jurídica:

15.6.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.6.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.6.3 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

15.6.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.6.5 Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;

15.6.6 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação.

15.7 Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

15.7.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

15.7.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá comprovar que o respectivo plano de recuperação foi judicialmente aprovado, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, além de atender aos demais requisitos de habilitação.

15.7.3 Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Junta Comercial ou Cartório competente, comprovando a boa situação financeira da empresa. É vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se atualização pelos índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (anexo XIII)

15.7.4 – Definição de balanço patrimonial apresentado na forma da lei:

- a) Sociedades por ações: os 2 últimos balanços patrimoniais publicados em órgão oficial de imprensa, ou conforme dispuser a Lei nº 6.404/1976;
- b) Demais sociedades empresariais: os 2 últimos balanços patrimoniais transcritos no “Livro Diário”, assinados pelo contador e pelo representante legal, acompanhados dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos;
- c) Empresas sujeitas à Escrituração Contábil Digital (ECD): apresentação dos 2 últimos balanços patrimoniais, acompanhados dos termos de abertura e encerramento e recibo de entrega do livro digital junto à Receita Federal.

15.7.5 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

15.7.6 Será admissível a apresentação de balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

15.7.7 A licitante deverá comprovar possuir capital social mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação, conforme § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

15.7.8 No caso de consórcio, o capital social ou patrimônio líquido mínimo deverá ser acrescido de 10% (dez por cento) em relação ao exigido individualmente.

15.7.9 A comprovação do capital social será feita relativamente à data de apresentação da proposta, por meio de Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial.

15.7.10 A fixação do percentual de 2% (dois por cento) decorre da análise dos riscos inerentes à inexecução do contrato, considerados o valor global da contratação, o prazo de execução, a duração do contrato e a essencialidade do objeto, conforme § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

15.8 Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

15.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

15.8.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

15.8.3 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

15.8.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.8.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.8.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.9 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

15.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.9.2 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

15.9.3 A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal e trabalhista para a abertura da fase recursal.

15.9.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Pregoeira convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

15.10 As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

15.11 Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

15.12 A documentação relativa aos subitens 15.6 e 15.8, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Prefeitura Municipal de Paranaguá – PMPGUÁ, sendo necessários que os mesmos se encontrem listados no CRC, e dentro do prazo de validade. Caso contrário, a licitante fica obrigada a apresentá-los no ato da apresentação da documentação de habilitação.

15.12.1 Em caso de apresentação do CRC, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

15.13. Qualificação Técnica

15.13.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar declaração formal de que a proposta apresentada está em plena conformidade com as especificações técnicas previstas



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

no edital e seus anexos, assumindo responsabilidade pela exequibilidade do objeto, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

15.13.1.1. A apresentação de declaração falsa ou a não comprovação das condições declaradas sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à prática de ato lesivo à Administração Pública, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

15.13.2. A qualificação técnica será comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

15.13.2.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, evidenciando a execução satisfatória e o cumprimento das obrigações contratuais.

15.14 Documentação complementar:

15.14.1 Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Modelo em Anexo);

15.14.2 Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Modelo em Anexo);

15.14.3 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista no inciso IV, do artigo 63, na Lei nº 14.133/2021 e em outras normas específicas .

15.14.4 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (Modelo em anexo);

15.14.5 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal (Modelo Anexo XI); 15.14.6 Declaração de idoneidade (Modelo Anexo VI);

15.14.7 Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando for o caso de ME/EPP/MEI (Modelo Anexo VIII).

15.15 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

15.16 Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

15.17 A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se durante o prazo em que valer o contrato.

15.18 A Proposta Escrita e Habilitação do Licitante arrematante deverão ser inseridos no sistema Licitações-e2, em campo próprio, no prazo de até 02 (duas) horas úteis, a contar do encerramento da disputa.

15.18.1 Em caso de necessidade do envio do original ou qualquer processo de cópia autenticada, por Correios ou equivalente, os quais deverão ser entregues no Departamento de Licitações no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte a solicitação formal no chat de mensagens do sistema eletrônico, deverá ser entregue em envelope fechado ou lacrado.

16. DO RECURSO

16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 Declarado o vencedor, após o término do julgamento da proposta e dos documentos de habilitação, a Pregoeira abrirá prazo de 10 (dez minutos) horas, em campo próprio do sistema, qualquer licitante poderá de forma motivada, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

16.3 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

16.4 As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da declaração do vencedor.

16.5 Os demais licitantes ficarão intimados para apresentar contrarrazões, se desejarem, em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente ou da data da intimação.

16.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

16.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

16.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.10 Na elaboração da decisão acerca do recurso, a Pregoeira e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

16.11 Os interessados ficam obrigados a acessar o Portal www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), para obter a resposta ao recurso apresentado.

16.12 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.13 DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

16.13.1 Encerrada a fase de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que nos termos do art. 71, da Lei Federal 14.133/21 poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, nos termos do § 2º do art. 71 da Lei 14.133/21;
- c) proceder a anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.13.2 A pregoeira encaminhará o processo para adjudicação da Autoridade Competente, sempre que não houver recurso.

16.13.2.1 A adjudicação dos itens e a homologação da licitação são de responsabilidade da autoridade competente e só poderão ser realizadas depois do encaminhamento do processo pela pregoeira para adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

16.13.3 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor.

16.13.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela autoridade competente.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, nos termos do art. 71 da Lei nº14.133/2021, poderá:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supráveis;
- II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou
- IV - Adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato, preferencialmente em ato único.

17.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado.

17.1.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

17.1.3. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

17.1.4. O disposto do art. 71 da Lei 14.133/2021 será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

17.2 Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório.

17.3 Demais disposições do Decreto Municipal nº 4.319/2024.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, podendo este prazo ser prorrogado, igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais sanções legais aplicáveis. 18.2. O prazo de vigência da



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas. (art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021).

18.3. A convocação para assinar a Ata de Registro de Preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

18.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor. 18.5. Será incluído, na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, nos termos do que dispõe o §4º do art. 298 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, observadas as seguintes questões: a) O registro a que se refere o item 18.5 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 18.5, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, nos termos do Decreto Municipal nº 4.319/2023;

b) Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item

18.5, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

c) A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 18.5, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.6. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no §5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.7. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

18.8. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

18.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a Ata de Registro de Preços nos termos do item 18.7, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

18.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

18.11. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

18.12. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, e no sítio eletrônico do Município de Paranaguá;

18.13. A ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

18.14. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

18.15. A pessoa que assinar a Ata deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

18.16. O fornecedor também deverá apresentar todos os dados bancários da empresa, bem como o endereço eletrônico (e-mail) e o contato do representante que atenderá aos pedidos da Secretaria solicitante.

18.17. Farão parte da Ata de Registro de Preços todos os elementos que tenham servido de base para o julgamento da licitação, apresentados pelas empresas classificadas e com preços registrados, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

18.18. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o licitante obriga-se ao fornecimento pelos preços nela registrados, não podendo transferir os direitos e obrigações dela decorrentes a outrem.

18.19. Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Licitações e Suprimentos, que os valores registrados na Ata de Registro



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

de Preços encontram-se divergentes dos praticados no mercado, a Administração Municipal poderá, fundamentadamente: a) Cancelar os itens com preços registrados cujos valores estejam acima dos preços praticados e o fornecedor não aceite adequá-los ao mercado. b) Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração Municipal em processo administrativo próprio para esse fim.

19. FORMA DE ENTREGA

19.1 Cabe destacar que os materiais poderão ser solicitados parceladamente, no período de 12 meses, conforme as necessidades, com intervalos definidos pela Administração, e que o quantitativo ora contratado são uma estimativa de consumo, não obrigando o Município à aquisição total.

19.2 O prazo para a entrega deverá ser em até 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, sob pena das sanções previstas.

19.3 Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado desta Secretaria, na rua Alberto Gomes Veiga, Vila Horizonte, s/n Paranaguá – PR. no horário das 08h00 às 11h00, 13h30 às 17h00;

19.4 O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos materiais entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas neste Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o cumprimento das exigências.

19.5 Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o fiscal do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Educação.

19.6 Os materiais serão imediatamente recusados quando entregues com especificações diferentes das contidas no Termo de Referência e da proposta feita no procedimento licitatório.

19.7 Constatada está ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação. Os materiais que forem recusados,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

a critério da Administração, deverão ser substituídos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paranaguá.

19.8 Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não forem realizadas no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital.

19.9 Imediatamente após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, será providenciado o pagamento.

19.10 O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo do contrato.

19.11 Prazo mínimo de garantia/validade de 12 meses ou aquele oferecido pelo fabricante, o que for maior. Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela ABNT, INMETRO, ANVISA e/ou outras Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores.

19.12 Os materiais deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

19.13 Todos os produtos entregues deverão estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como o que foi solicitado no presente Edital.

19.14 O fornecedor fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações, com as características apresentadas pelos produtos estará sujeita as sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como recusa de entrega.

19.15 O recebimento do objeto se dividirá em provisório e definitivo e dar-se-á nos termos do Decreto Municipal 683/2018.

19.16 Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

19.17 Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no item 1 deste Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

20. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

20.1 As contratações poderão ser formalizadas por meio de instrumento contratual, nota de empenho de despesa, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos da legislação aplicável.

20.2 O contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, na forma prevista no art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

20.3 A critério da Administração, poderá ser facultada a assinatura do contratado no domicílio do(s) licitantes(s) vencedor(es), mediante fornecimento do arquivo do termo a ser celebrado por meio de correspondência eletrônica, que deverá ser impressa em 03 (três) vias, assinadas, ou com identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), e encaminhada(s) à Prefeitura Municipal de Paranaguá por e-mail ou Sedex, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da correspondência eletrônica, aos cuidados da Assessoria de Contratos da Procuradoria Geral do Município de Paranaguá, com sede na Rua Júlia da Costa, 322 – Centro, CEP: 83203-060, Paranaguá, Paraná, sob pena de aplicação de sanções pertinentes previstas neste edital. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da administração, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Prefeitura de Paranaguá – PR. Nesta hipótese, as 03 (três) vias do contrato a serem encaminhados à Prefeitura devem estar com firma do representante habilitado pela contratada, devidamente reconhecida por tabelionato de notas ou ofício equivalente.

20.4 O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar documento equivalente nos termos previstos no Edital.

20.5 O não atendimento do prazo previsto no subitem anterior ou a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

20.6 O prazo estabelecido pelo item 19.4 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

20.7 Caso o fornecedor convocado não assine o instrumento Termo de Contrato, bem como não aceite ou não retire o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais fornecedores registrados na Ata da Sessão do Pregão, observando a ordem de classificação, para fazê-lo,

sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis.

20.8 O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1 Fica dispensada a apresentação de garantia contratual para fins de celebração de contrato oriundos deste certame.

22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

22.2 A Secretaria Municipal de Educação reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os itens fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

22.3 O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do Contrato e das contratações que com base nela se derem,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos documentos necessários e exigidos quando do certame, nos termos do Edital.

22.4 As demais condições do pagamento devem atender as disposições editalícias. de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

23. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

23.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no §5º do art. 82 da Lei Federal nº14.133/2021.

23.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

23.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

23.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

23.2.3. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

23.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

23.2.1. A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da Ata de Registro de Preços;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

23.2.2. A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

23.2.3. Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

a) A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

b) Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

c) Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no §2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

d) Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

e) Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

f) Liberado o fornecedor na forma do §5º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

g) Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

h) Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

24.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor: a) For liberado; b) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável; c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; d) Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; e) Não aceitar o preço revisado pela Administração.

24.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Órgão Gerenciador: a) Pelo decurso do prazo de vigência;

b) Pelo cancelamento de todos os preços registrados

25. DAS SANÇÕES

25.1 Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

25.1.1 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

a) Não celebrar o contrato;

b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;

c) Apresentar documentação falsa;

d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

e) Não mantiver a proposta;

f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo;

25.2 Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

25.2.1 Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;

b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

25.2.2 Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar o contrato / retirar o documento equivalente e devolver a Prefeitura Municipal no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua convocação.

25.2.2.1 Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

25.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

25.2.4 Suspensão nos prazos abaixo definidos:

a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;

b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

25.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

25.3 A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

25.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

25.5 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

25.6 Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

25.7 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

25.8 As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Paranaguá, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

25.9 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

26. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

26.1 Fica assegurado a Prefeitura do Município de Paranaguá o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

26.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

26.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

26.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

26,5 A nulidade opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

26.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

26.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

26.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito de Paranaguá.

27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

27.1 Executar o fornecimento dos itens de acordo com as especificações e quantidades constantes no item 1 deste Termo de Referência;

27.2 Substituir imediatamente, sem ônus para a CONTRATANTE, o equipamento que vier a ser recusado;

27.3 Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços;

27.4 Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento ITENS, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;

27.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação;

27.6 Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

27.7 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 124, da Lei nº 14133/2021

27.8 Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS;

27.9 Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos itens, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;

27.10 A CONTRATADA deverá substituir no prazo Máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;

27.11 Demais condições constam nas disposições editalícias.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

28.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

28.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;

28.3 Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falha verificada no cumprimento da ata;

28.4 Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

28.5 Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

29. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

29.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 4.319/2023.

29.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 4.319/2023.

29.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

29.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

29.5. Fiscais do Contrato

Nome do Fiscal do Contrato: Juliana de Felix Canestraro Bonardo - Matrícula:10697-01

Nome do Sub Fiscal do Contrato: Jean Carlos Torres Galdino - Matrícula: 97249-01



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

30. MEDIDAS ACAUTELADORAS

30.1 Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, utilizada esta lei por analogia a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

31. FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. As partes comprometem-se a observar, durante todas as fases da contratação, as normas de prevenção e combate à fraude e à corrupção, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como demais legislações e normas aplicáveis.

16.2. A CONTRATADA declara que:

I – não praticou e não praticará quaisquer atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira;

II – cumpre e cumprirá as normas relativas à integridade, ética e transparência na condução de suas atividades;

III – não oferece, promete, concede, autoriza, solicita ou aceita vantagem indevida, de qualquer natureza, direta ou indiretamente, relacionada ao presente contrato.

16.3. Para os fins desta cláusula, consideram-se práticas vedadas, devendo ser prevenidas e reprimidas:

a) prática corrupta: oferecer, prometer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, vantagem indevida, com o objetivo de influenciar a atuação de agente público no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) prática fraudulenta: falsificar, omitir ou distorcer fatos ou informações, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou a execução do contrato;

c) prática colusiva: ajustar, combinar ou estabelecer acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento da Administração, visando frustrar o caráter competitivo do



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

certame ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, a pessoas ou bens, com o objetivo de influenciar a participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) prática obstrutiva:

I – destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas, ou prestar declarações falsas, com o objetivo de impedir a apuração de irregularidades;

II – praticar atos com a finalidade de impedir ou dificultar a atuação de órgãos de controle, fiscalização ou auditoria, inclusive no âmbito da execução contratual.

16.4. A CONTRATADA compromete-se a comunicar imediatamente à Administração qualquer indício ou ocorrência de irregularidade relacionada às práticas previstas nesta cláusula, inclusive aquelas praticadas por terceiros que atuem em seu nome.

16.5. O descumprimento do disposto nesta cláusula ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e demais normas aplicáveis.

16.6. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, auditorias ou inspeções, diretamente ou por meio de órgãos de controle, com o objetivo de verificar o cumprimento desta cláusula, devendo a CONTRATADA prestar todas as informações e documentos solicitados.

16.7. Na hipótese de financiamento do contrato por organismo financeiro nacional ou internacional, poderão ser aplicadas as regras específicas por ele estabelecidas, inclusive quanto a auditorias e inspeções, desde que previstas no instrumento convocatório.

32. DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. Ao participar da licitação, a licitante declara, sob as penalidades da lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre si e os agentes públicos responsáveis pelo certame, direta ou indiretamente.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

32.2. A apresentação de proposta implica pleno conhecimento, aceitação e atendimento, pela licitante, de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

32.3. A presente licitação não implica obrigatoriedade de contratação, podendo o Município de Paranaguá revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, por meio de decisão devidamente fundamentada.

32.4. Na hipótese de desconexão da Pregoeira com o sistema eletrônico durante a etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando a Pregoeira sua atuação assim que possível, sem prejuízo dos atos já realizados.

32.5. Persistindo a desconexão por período superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes, por meio do sistema eletrônico utilizado.

32.6. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação da licitante, ou, caso tenha sido declarada vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

32.7. É facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do processo licitatório, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

32.8. Os licitantes intimados para prestar esclarecimentos deverão atendê-los no prazo fixado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

32.9. O desatendimento de exigências meramente formais, que não comprometam a aferição da qualificação da licitante ou a compreensão de sua proposta, não implicará sua exclusão do certame.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

32.10. As normas que disciplinam este certame serão interpretadas em favor da ampliação da competitividade, desde que não comprometam o interesse público, a legalidade, a finalidade e a segurança da contratação.

32.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por meio do sistema eletrônico adotado, por publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná ou por qualquer outro meio que assegure a ciência inequívoca dos interessados.

32.12. É de responsabilidade exclusiva da licitante manter atualizados seus dados cadastrais, especialmente endereço eletrônico, telefone e demais meios de contato, sendo considerada válida a comunicação realizada com base nas informações constantes do sistema.

32.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se os prazos apenas em dias de expediente administrativo.

32.14. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, com fundamento na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021, e nos princípios que regem a Administração Pública.

32.15. Fica eleito o foro da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

32.16. Esta licitação poderá ser acompanhada por meio dos seguintes portais oficiais:

Portal do Município de Paranaguá;

Portal de Compras do Governo Federal;

Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP),

www.paranagua.pr.gov.br e www.compras.gov.br, www.gov.br/pncp/pt-br



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Paranaguá, 12 de junho de 2026.

Thiago Casas do Nascimento
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto 1443/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AO COMPLEXO DE NATAÇÃO NEREU GOUVÊA, visando executar as ações elaboradas no



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para atender à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, conforme condições, qualidades e exigências estabelecidas neste termo, em atendimento a Lei Municipal nº 3468/2015 e as exigências da Lei 14.133/2015.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES

LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DO ITEM	VALOR TOTAL DO LOTE
1	BOLA DE FUTSAL COM 49-52 CM - 250-350 G, 14 GOMOS, CÂMARA 6D, DUPA COLAGEM, MATERIAL PU, ULTRA FUSION, FORRO TERMOFIXO MIOLO CÁPSULA SIS, SELO DA CBFS	250	R\$ 125,72	R\$ 31.430,00
2	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO PESO: 410-450G, CIRCUNFERÊNCIA: 68-70 CM, GOMOS: 6, LAMINADO: PU, CONSTRUÇÃO: ULTRA FUSION, SISTEMA 6D, SISTEMA DE FORRO: TERMOFIXO, CAMADA INTERNA: EVACEL, PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM, MIOLO: CÁPSULA SIS.	250	R\$ 180,17	R\$ 45.042,50
3	BOLA DE VOLEIBOL PESO: 260-280G, CIRCUNFERÊNCIA: 65-67 CM, GOMOS: 18, LAMINADO: MICROFIBRA, CONSTRUÇÃO: TERMOTEC, CÂMARA: 6D, SISTEMA DE FORRO: TERMOFIXO, CAMADA INTERNA: NEOTEC, PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM, MIOLO: CÁPSULA SIS, APROVADO PELA FIVB.	250	R\$ 267,77	R\$ 66.942,50
4	BOLA DE VOLEIBOL DE PRAIA, COM 65-67CM, 260-280G, 6 GOMOS, LAMINADO MICROPOWER, ULTRAFUSION, CAMARA 6D, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, CAMADA INTERNA EVACEL, DUPLA COLAGEM, CAPSULA SIS.	250	R\$ 173,17	R\$ 43.292,50
5	REDE DE VOLEIBOL COMPETIÇÃO 4 LONAS, EMBORRACHADA, MALHA 10X10, EM PROLIPROPILENO SEDA, 10X1 MTRS, LONA SUPERIOR 7CM, INFERIOR DE 5CM, ILHÓS NAS EXTREMIDADES, REFORÇO NAS EXTREMIDADES, PARA PROTEGER NA AÇÃO CORTANTE DO CABO DE AÇO, GUIA PARA PASSAGEM DO CABO DE AÇO, ESTICADORES E GANCHO PARA INSTALAÇÃO, COSTURA DUPLA COM LINHA 0,40 DE POLIAMIDA.	63	R\$ 269,16	R\$ 16.957,08
6	BOLA DE BASQUETEBOL COM 72,4 – 75 CM, 450 – 567 G, MATERIA BORRACHA, APROVADA PELA NBB	200	R\$ 363,56	R\$ 72.712,00
7	BOLA DE BASQUETEBOL INFANTIL COM 42 A 46CM, 170 A 190G, MATERIAL BORRACHA, MATERIAL RESISTENTE	250	R\$ 98,47	R\$ 24.617,50



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

8	BOLA DE HANDEBOL COM 50 – 52CM, 290 – 350G, CÂMARA 6D, ULTRA FUSION, 6 GOMOS, CAMADA INTERNA EVACEL, RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL	180	R\$ 167,59	R\$ 30.166,20
9	COLETE 100% PES DRY COM GRAMATURA DE 135GR/M2 , NAS CORES VERDE / VERMELHO / AZUL / AMARELO / ROXO /TURQUESA. COM A LOGO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TAMANHO: INFANTIL	1800	R\$ 19,40	R\$ 34.920,00
10	CORDA DE PULAR COM ROLAMENTO AJUSTÁVEL SEU COMPRIMENTO É LONGO EM 2,75 COM A PRÁTICA POSSIBILIDADE DE REGULAGEM PARA AJUSTE DE ACORDO COM A ALTURA DO USUÁRIO. JÁ AS ALÇAS SÃO LEVES PARA UMA ROTAÇÃO RÁPIDA E BALANÇO SUAVE	550	R\$ 45,51	R\$ 25.030,50
11	CONE DEMARCATÓRIO, MODELO "CHAPÉU CHINÊS", EM MATERIAL PVC FLEXÍVEL, ALTURA: 5 CM; DIÂMETRO BASE: 19 CM; DIÂMETRO TOPO: 5 CM,;	1260	R\$ 2,45	R\$ 3.087,00
12	CONE DEMARCATÓRIO, COM 50CM DE ALTURA, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR LARANJA E FAIXAS REFLETIVAS	370	R\$ 17,63	R\$ 6.523,10
13	PAR MINI TRAVE DE FUTEBOL DE FERRO, SEM ENCAIXE, COM REDE. REDE: NYLON / SEDA COM MALHA 5CM, ESTRUTURA: TUBO DE AÇO CARBONO 2 POLEGADAS, PINTURA EPÓXI NA COR BRANCA, ENCAIXES DA REDE POLIETILENO INJETADO, DIMENSÕES (A x L x P) 60 X 90 X 45.	63	R\$ 290,31	R\$ 18.289,53
14	COLCHONETE DE EXERCÍCIOS - PRETO. COLCHONETE MEDIDA 90 CM DE COMPRIMENTO 40 CM DE LARGURA POR 3 CM DE ESPESURA. CONFECCIONADO EM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA RESISTÊNCIA IMPERMEÁVEL COR: COLORIDO	930	R\$ 29,81	R\$ 27.723,30
15	KIT MINI VÔLEI. PRODUZIDO COM MATERIAIS DE ALTA QUALIDADE PARA PROPORCIONAR DURABILIDADE E UMA DIVERSÃO SEGURA. FÁCIL DE MONTAR E AJUSTAR. INDICADO PARA CRIANÇA A PARTIR DE 06 ANOS. PINTURA EPÓXI DE ALTA RESISTÊNCIA NA COR LARANJA. PESO EMBALAGEM : 10,5 KG. MEDIDA EMBALAGEM: 63	63	R\$ 453,65	R\$ 28.579,95
16	CALIBRADOR DE BOLA COM BICO SOBRESSALENTE CONSTRUÍDO EM ALUMÍNIO.	53	R\$ 33,72	R\$ 1.787,16
17	BOMBA PARA ENCHER BOLAS, EM POLIPROPILENO COM CAPACIDADE DE INFLAR EM AMBOS OS SENTIDOS QUANDO PRESSIONADA, COM MANGUEIRA REVESTIDA DE ALTA DURABILIDADE E DUAS AGULHAS.	53	R\$ 27,40	R\$ 1.452,20
18	SACO PARA CARREGAR BOLA	53	R\$ 43,49	R\$ 2.304,97
19	CRONÔMETRO DIGITAL COM ACUMULO DE LAPS DE NO MÍNIMO 150 LAPS, WATTER RESISTENT.	48	R\$ 87,30	R\$ 4.190,40



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

20	BOLA DE BORRACHA CORES SORTIDAS. Nº03 (18 A 19CM DE CIRCUNFERÊNCIA - PESO 38 A 43 GRAMAS) IDEAL PARA INICIAÇÃO ESPORTIVA	380	R\$ 8,09	R\$ 3.074,20
21	BOLA DE BORRACHA CORES SORTIDAS. Nº06 (31 A 33CM DE CIRCUNFERÊNCIA - PESO 120 A 130 GRAMAS) IDEAL PARA INICIAÇÃO ESPORTIVA	380	R\$ 17,76	R\$ 6.748,80
22	BOLA DE BORRACHA CORES SORTIDAS. Nº10 (44 A 48CM DE CIRCUNFERÊNCIA - PESO 244 A 270 GRAMAS) IDEAL PARA INICIAÇÃO ESPORTIVA	380	R\$ 28,06	R\$ 10.662,80
23	JOGO DE DAMA COM TABULEIRO EM MADEIRA MEDINDO 30X30CM E PEÇAS EM PLÁSTICOS.	185	R\$ 55,20	R\$ 10.212,00
24	JOGO DE TRILHA COM TABULEIRO EM MADEIRA MEDINDO 30X30CM E PEÇAS EM PLÁSTICOS.	185	R\$ 45,64	R\$ 8.443,40
25	JOGO DE DOMINÓ COM PEÇAS EM PLÁSTICOS E ESTOJO EM PLÁSTICO	185	R\$ 25,98	R\$ 4.806,30
26	JOGO UNO CONTENDO 114 UNIDADES DE CARTAS NO FORMATO 56 MM X 87 MM	185	R\$ 19,31	R\$ 3.572,35
27	JOGO DE PEGAR VARETAS, 31 VARETAS EM PLÁSTICO COLORIDAS PESO DO PRODUTO: 0,046 G, DIMENSÕES DO PRODUTO: (A X L X P) 4,5 X 20,0 X 5,5, GARANTIA DO FABRICANTE: 12 MESES	185	R\$ 14,24	R\$ 2.634,40
28	JOGO DE XADREZ COM MALETA E PEÇAS EM MADEIRA E O REI COM 5,7 CM E MANUAL DE REGRAS.	215	R\$ 148,79	R\$ 31.989,85
29	TORRE DE EQUILÍBRIO GRANDE 60CM - TIPO JENGA COM CAIXOTE.DIMENSÕES APROXIMADAS: PEÇAS: 112MM DE COMPRIMENTO X 36MM DE LARGURA X 30MM DE ALTURA; CAIXOTE: 350MM DE COMPRIMENTO X 270MM DE LARGURA X 125MM DE ALTURA; ALTURA INICIAL APROXIMADA DA TORRE 600MM (20 FILEIRAS DE 3 PEÇAS) 60 PEÇAS + 1 CAIXOTE	185	R\$ 32,69	R\$ 6.047,65
30	JOGO DA MEMÓRIA ESPORTES EDUCATIVO – COM 48 PEÇAS DIMENSÕES DAS CAIXAS: L:25CM X A:20CM	185	R\$ 32,50	R\$ 6.012,50
31	JOGO DA MEMÓRIA ESPORTES EM MADEIRA – COM 24 PEÇAS	185	R\$ 20,71	R\$ 3.831,35
32	BAMBOLÊ 63CM, ARO DE PLÁSTICO PVC REFORÇADO COM 63 CM DE DIÂMETRO PARA GINÁSTICA.	600	R\$ 4,76	R\$ 2.856,00
33	PACOTE KIT COM 100 BOLINHAS COLORIDAS PARA PISCINA INFANTIL RESISTENTES – COM 100 UNIDADES FEITAS DE PLÁSTICO POLIETILENO NÃO TÓXICO.	50	R\$ 48,47	R\$ 2.423,50
34	Material em polietileno expandindo de 1,6m à 1,65m diâmetro de 6,0 à 6,5cm cores variadas	130	R\$ 15,96	R\$ 2.074,80
35	Bola de borracha vulcanizada, nº 12, circunferência de 56cm à 59cm, peso entre 250g à 340g, diâmetro de 17,8 à 18,5	150	R\$ 35,20	R\$ 5.280,00
36	Bastão triangular material em EVA – tamanho 100x17x9 – 1kg	75	R\$ 113,76	R\$ 8.532,00
37	Halteres de EVA – 30x10x11 – 1kg	300	R\$ 129,62	R\$ 38.886,00



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

38	Material em EVA – (etil vinil acetato) – 250 gramas 24x34x3cm	150	R\$ 47,05	R\$ 7.057,50
39	Material em EVA (etil – vinil – acetato) 40x27x30	300	R\$ 49,09	R\$ 14.727,00
40	Cesto telado de 60 litros	22	R\$ 32,64	R\$ 718,08
41	Cesto telado de 30 litros	22	R\$ 24,82	R\$ 546,04
TOTAL DOS LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP				R\$ 666.184,91

LOTES COM COTA DE 25 % EXCLUSIVO PARA ME E EPP

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DO ITEM	VALOR TOTAL DO LOTE
42	Tatame em EVA 1x1x3	258	R\$ 82,32	R\$ 21.238,56
43	Colchonte revestido em napa 120x60x10	125	R\$ 203,27	R\$ 25.408,75
TOTAL DOS LOTES COM COTA DE 25 % PARA ME E EPP				R\$ 46.647,31

LOTES GERAL - PARA TODOS

44	Tatame em EVA 1x1x3	774	R\$ 82,32	R\$ 63.715,68
45	Colchonte revestido em napa 120x60x10	375	R\$ 203,27	R\$ 76.226,25
TOTAL DOS LOTES GERAL - PARA TODOS				R\$ 139.941,93

ITEM	DESCRIÇÃO
Bola de Futsal oficial	BOLA DE FUTSAL COM 49-52 CM - 250-280 G, CÂMARA 6D, DUPLA COLAGEM 14 GOMOS. MATERIAL PU PRÓ, CONSTRUÇÃO ULTRA FUSION, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, INTERNO NEOTEC, MIOLO CÁPSULA SIS, OFICIAL FEDERAÇÃO PARANANENSE DE FUTSAL.
Bola de Futebol de campo	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO PESO: 410-450G, CIRCUNFERÊNCIA: 68-70 CM, GOMOS: 6, LAMINADO: PU, CONSTRUÇÃO: ULTRA FUSION, CÂMARA: 6D, SISTEMA DE FORRO: TERMOFIXO, CAMADA INTERNA: EVACEL, PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM, MIOLO: CÁPSULASIS.
Bola de Voleibol	BOLA DE VOLEIBOL PESO: 260-280G, CIRCUNFERÊNCIA: 65-67 CM, GOMOS: 18, LAMINADO: MICROFIBRA, CONSTRUÇÃO: TERMOTEC, CÂMARA: 6D, SISTEMA DE FORRO: TERMOFIXO, CAMADA INTERNA: NEOTEC, PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM, MIOLO: CÁPSULA SIS, APROVADO PELA FIVB.
Bola de Voleibol de praia	BOLA DE VOLEIBOL DE PRAIA, COM 65-67CM, 260-280G, 6 GOMOS, LAMINADO MICROPOWER, ULTRAFUSION, CAMARA 6D, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, CAMADA INTERNA EVACEL, DUPLA COLAGEM, CAPSULA SIS.
Rede de Voleibol	REDE DE VOLEIBOL COMPETIÇÃO 4 LONAS, EMBORRACHADA, MALHA 10X10, EM PROLIPROPILENO SEDA, 10X1 MTRS, LONA SUPERIOR 7CM, INFERIOR DE 6CM, ILHÓS NAS EXTREMIDADES, REFORÇO NAS EXTREMIDADES, PARA PROTEGER NA AÇÃO CORTANTE DO CABO DE AÇO, GUIA PARA PASSAGEM DO CABO DE AÇO, ESTICADORES E GANCHO PARA INSTALAÇÃO, COSTURA DUPLA COM LINHA 0,40 DE POLIAMIDA.
Bola de Basquetebol oficial	BOLA DE BASQUETEBOL COM 72,4 – 73,7 CM, 510 – 567 G, CÂMARA 6D, CONSTRUÇÃO MATRIZADA, MATERIAL MICROFIBRA, MIOLO CÁPSULA SIS, FORRO TERMOFIXO. APROVADA PELA NBB
Bola de basquetebol infantil	BOLA DE BASQUETEBOL INFANTIL COM 42 A 46CM, 170 A 190G CONSTRUÇÃO VULCANIZADA, MATERIAL RESISTENTE E MIOLO LUBRIFICADO E SUBSTITUÍVEL, COM BICO LONGADO.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Bola de Handebol oficial	BOLA DE HANDEBOL COM 50 – 52CM, 290 – 330G, CÂMARA 6D, CONSTRUÇÃO COSTURADA À MÃO, MATERIAL PU PRÓ ULTRA GRIP, MIOLO CÁPSULA SIS, FORRO TRIAXIAL, CÂMADA INTERNA EVACEL,
Colete	COLETE COM LATERAL FECHADA 100% PES DRY COM GRAMATURA DE 135GR/M2 , NAS CORES VERDE / VERMELHO / AZUL / AMARELO / ROXO /TURQUESA. COM A LOGO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TAMANHO: INFANTIL
Corda de pular	CORDA DE PULAR COM ROLAMENTO AJUSTÁVEL SEU COMPRIMENTO É LONGO EM 2,75 COM A PRÁTICA POSSIBILIDADE DE REGULAGEM PARA AJUSTE DE ACORDO COM A ALTURA DO USUÁRIO. JÁ AS ALÇAS SÃO LEVES PARA UMA ROTAÇÃO RÁPIDA E BALANÇO SUAVE
Cone demarcatório	CONE DEMARCATÓRIO, MODELO "CHAPÉU CHINÊS", EM MATERIAL PVC FLEXÍVEL, ALTURA: 5 CM; DIÂMETRO BASE: 19 CM; DIÂMETRO TOPO: 5 CM;; CORES SORTIDAS
Cone demarcatório	CONE DEMARCATÓRIO, COM 50CM DE ALTURA, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR LARANJA E FAIXAS REFLETIVAS
Trave de futebol	PAR MINI TRAVE DE FUTEBOL DE FERRO, SEM ENCAIXE, COM REDE. REDE: NYLON / SEDA COM MALHA 5CM, ESTRUTURA: TUBO DE AÇO CARBONO 2 POLEGADAS, PINTURA EPÓXI NA COR BRANCA, ENCAIXES DA REDE POLIETILENO INJETADO, DIMENSÕES (A x L x P) 60 X 90 X 45.
Colchonetes	COLCHONETE DE EXERCÍCIOS - PRETO. COLCHONETE MEDIDA 90 CM DE COMPRIMENTO 40 CM DE LARGURA POR 3 CM DE ESPESSURA. CONFECCIONADO EM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA RESISTÊNCIA IMPERMEÁVEL COR: COLORIDO
Mini vôlei	KIT MINI VÔLEI. PRODUZIDO COM MATERIAIS DE ALTA QUALIDADE PARA PROPORCIONAR DURABILIDADE E UMA DIVERSÃO SEGURA. ÁCIL DE MONTAR E AJUSTAR. INDICADO PARA CRIANÇA A PARTIR DE 06 ANOS. PINTURA EPÓXI DE ALTA RESISTÊNCIA NA COR LARANJA. PESO EMBALAGEM : 10,5 KG. MEDIDA EMBALAGEM: 63
Calibrador	CALIBRADOR DE BOLA COM BICO SOBRESSALENTE CONSTRUÍDO EM ALUMÍNIO.
Bomba de encher	BOMBA PARA ENCHER BOLAS, EM POLIPROPILENO COM CAPACIDADE DE INFLAR EM AMBOS OS SENTIDOS QUANDO PRESSIONADA, COM MANGUEIRA REVESTIDA DE ALTA DURABILIDADE E DUAS AGULHAS.
Saco para bolas	SACO PARA BOLAS CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 BOLAS, EM SEDA, FIO 4MM. MALHA 10X10.
Cronômetro	CRONÔMETRO DIGITAL COM ACUMULO DE LAPS DE NO MÍNIMO 150 LAPS, WATER RESISTENT.
Bolas de borracha	BOLA DE BORRACHA CORES SORTIDAS. Nº03 (18 A 19CM DE CIRCUNFERÊNCIA - PESO 38 A 43 GRAMAS) IDEAL PARA INICIAÇÃO ESPORTIVA
Bolas de borracha	BOLA DE BORRACHA CORES SORTIDAS. Nº06 (31 A 33CM DE CIRCUNFERÊNCIA - PESO 120 A 130 GRAMAS) IDEAL PARA INICIAÇÃO ESPORTIVA
Bolas de borracha	BOLA DE BORRACHA CORES SORTIDAS. Nº10 (44 A 48CM DE CIRCUNFERÊNCIA - PESO 244 A 270 GRAMAS)



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

	IDEAL PARA INICIAÇÃO ESPORTIVA
Jogos para sala de aula	JOGO DE DAMA COM TABULEIRO EM MADEIRA MEDINDO 30X30CM E PEÇAS EM PLÁSTICOS.
Jogos para sala de aula	JOGO DE TRILHA COM TABULEIRO EM MADEIRA MEDINDO 30X30CM E PEÇAS EM PLÁSTICOS.
Jogos para sala de aula	JOGO DE DOMINÓ COM PEÇAS EM PLÁSTICOS E ESTOJO DE MADEIRA. DIMENSÕES: 21X7,5X5,1CM PESO COM EMBALAGEM: 0.40 (KG)MEDIDAS COM EMBALAGEM: LARGURA: 21.00 (CM) ALTURA: 6.00 (CM) PROFUNDIDADE: 8.00 (CM).
Jogos para sala de aula	JOGO UNO CONTENDO 114 UNIDADES DE CARTAS NO FORMATO 56 MM X 87 MM
Jogos para sala de aula	JOGO DE PEGAR VARETAS, 31 VARETAS EM PLÁSTICO CODS PESO DO PRODUTO: 0,046 G, DIMENSÕES DO PRODUTO: (A X L X P) 4,5 X 20,0 X 5,5, GARANTIA DO FABRICANTE: 12 MESES
Jogos para sala de aula	JOGO DE XADREZ COM MALETA E PEÇAS EM MADEIRA E O REI COM 5,7 CM E MANUAL DE REGRAS.
Jogos para sala de aula	TORRE DE EQUILÍBRIO GRANDE 60CM - TIPO JENGA COM CAIXOTE.DIMENSÕES APROXIMADAS: PEÇAS: 112MM DE COMPRIMENTO X 36MM DE LARGURA X 30MMDE ALTURA; CAIXOTE: 350MM DE COMPRIMENTO X 270MM DE LARGURA X 125MM DE ALTURA; ALTURA INICIAL APROXIMADA DA TORRE 600MM (20 FILEIRAS DE 3 PEÇAS) 60 PEÇAS + 1 CAIXOTE
Jogos para sala de aula	JOGO DA MEMÓRIA ESPORTES EDUCATIVO – COM 48 PEÇAS DIMENSÕES DAS CAIXAS: L:25CM X A:20CM
Jogos para sala de aula	JOGO DA MEMÓRIA ESPORTES EM MADEIRA – COM 24 PEÇAS
Bambolê	BAMBOLÊ 63CM, ARO DE PLÁSTICO PVC REFORÇADO COM 63 CM DE DIÂMETRO PARA GINÁSTICA.
Bolinhas leves	PACOTE KIT COM 100 BOLINHAS COLORIDAS PARA PISCINA INFANTIL RESISTENTES – COM 100 UNIDADES FEITAS DE PLÁSTICO POLIETILENO NÃO TÓXICO.
Espaguete	Material em polietileno expandindo de 1,6m à 1,65m diâmetro de 6,0 à 6,5cm cores variadas
Bolas de Borracha	Bola de borracha vulcanizada, nº 12, circunferência de 56cm à 59cm, peso entre 250g à 340g, diâmetro de 17,8 à 18,5
Bastão triangular	Bastão triangular material em EVA – tamanho 100x17x9 – 1kg
Halteres	Halteres de EVA – 30x10x11 – 1kg
Prancha infantil	Material em EVA – (etil vinil acetato) – 250 gramas 24x34x3cm



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Prancha juvenil/adulto	Material em EVA (etil – vinil – acetato) 40x27x30
Cestos	Cesto telado de 60 litros
Cestos	Cesto telado de 30 litros
Tatame	Tatame 1m x1m x 3cm
Colchonete	Colchonete revestido em napa 1.20m x 60cm x 10cm

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se de aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS, visando o processo de reestruturação das escolas municipais, como forma de garantir o pleno desenvolvimento dos alunos em suas atividades, assegurando padrão de qualidade, a reposição e a melhoria dos recursos didáticos pedagógicos em todas as etapas e modalidades de ensino, assegurando, inclusive, o cumprimento da **LEI nº3468/2015, Meta 1.9, garantir mobiliário, equipamentos, brinquedos pedagógicos, jogos educativos e outros materiais acessíveis nas escolas da educação infantil, considerando as especificidades das faixas etárias e as diversidades em todos os aspectos, com vistas a valorização e efetivação do brincar nas praticas escolares, durante o processo de construção do conhecimento das crianças.** A Supervisão Especial em Gestão Pedagógica, na Divisão de Esportes, Corpo e Movimento – Escola de Formação Esportiva desta Secretaria, entende que a criança experimenta novos conteúdos, de forma lúdica e concreta, o que promove um aprendizado significativo e eficaz, brinquedos construtivos e materiais esportivos, possibilitam atividades que tem por objetivo principal desenvolver a motricidade fina, a noção e a organização espacial e facilitar a iniciação à grafia de letras, números e à conteúdos elementares. O esporte é uma ferramenta de auxílio no processo de desenvolvimento educacional, social e de saúde do ser humano, jovens e adultos de nossos dias, são carentes de valores éticos e morais, e encontram no esporte incentivo a essa conquista aliada a sentimentos de cooperação e amizade. Justifica-se a aquisição dos materiais esportivos, pois são matérias que possibilitam o trabalho de lateralidade, motricidade e desenvolvimento das habilidades das crianças.

2.2 A contratação deverá ser realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo em vista serem objetos de bem comum. A aquisição será solicitada de acordo com a necessidade e conveniência. Entende-se, portanto a adoção do



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS como mais vantajosa para o Município, pois possibilita uma maior adequação entre a demanda e o fornecimento parcelado do material ao longo da vigência da ata, essa modalidade também auxilia no planejamento orçamentário por distribuir a aplicação dos recursos ao longo do exercício.

2.3 Para adoção do Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente nas seguintes hipóteses, conforme Decreto 4319/2023, art. 290;

I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.4 O presente Termo de Referência fundamenta-se no art. 28, inciso I, e Art. 29 da Lei nº 14.133/2021, o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

A contratação busca atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, assegurando o comprometimento, eficiência, economicidade e celeridade administrativa.

3. PESQUISA DE PREÇOS

Para a formação dos preços máximos foi realizado ampla pesquisa de preços, em conformidade com as Instruções Normativas nº 003/2015 e 005/2018.

4 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1 A licitação deverá ser julgada pelo menor preço por item.

4.2 Os participantes deverão informar em sua proposta a marca e modelo, quando houver, dos produtos cotados.

4.3 É obrigatório constar na proposta de preços a marca, modelo, fabricante, procedência e outras especificações necessárias para que se identifique de forma inequívoca o produto ofertado.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

4.4 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente do país, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros.

4.5 A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe à empresa contratada efetuar a troca do produto nos termos do edital e da legislação vigente

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 A licitante deverá “obrigatoriamente” anexar, junto à proposta comercial, declaração que os materiais ofertados, contém todas as informações, especificação técnica, dimensões, pesos e demais características técnicas correlatas ao objeto licitado, sob pena de sanções previstas no Decreto nº 10024/2019, referente a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta.

5.2 Como na qualificação técnica, a empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, junto os documentos de habilitação, a seguinte documentação;

5.2.1 Como qualificação técnica, a empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, junto aos documentos de habilitação, atestado de capacidade técnica emitido por empresa pública ou privada comprovando que a licitante forneceu materiais com características semelhantes ao especificado neste termo.

5.2.2 O(s) atestado(s) deverá(ao) ser impresso(s) em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o produto ofertado pela licitante.

5.2.3 Declaração de que está cotando marcas e modelos de equipamentos que detém de selo de certificação do INMETRO no nível especificado.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 Aquisição dos itens, seguem as especificações traçadas pela SEMEDI, mediante o seu conhecimento de aquisições anteriores e estimativas de consumo dos seus departamentos,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

a qual verificou que, com base nessas estimativas de consumo, há maior vantagem econômica na aquisição, será em sistema de Registro de Preços conforme as necessidades desta Secretaria;

6.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências quanto às especificações do objeto

6.3 De modo geral, a Administração tem o dever de zelar pelo interesse público, cujas diretrizes que permeiam esta contratação são extensas, devendo a empresa contratada, assumir tais obrigações, evitando o risco de ser penalizada, pois, os instrumentos aqui presentes, é um esboço da finalidade do que se espera na execução contratual, tornando eficaz este modelo contratual.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

7.1 Os produtos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois, possuem especificações usuais de mercado e padrões de desempenho e qualidade definidas neste termo de referência de acordo com termos da Lei nº 14133/2021.

8. FORMA DE ENTREGA

8.1 Cabe destacar que os materiais poderão ser solicitados parceladamente, no período de 12 meses, conforme as necessidades, com intervalos definidos pela Administração, e que o quantitativo ora contratado são uma estimativa de consumo, não obrigando o Município à aquisição total.

8.2 O prazo para a entrega deverá ser em até **20 (vinte) dias corridos** contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, sob pena das sanções previstas.

8.3 Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado desta Secretaria, na rua Alberto Gomes Veiga, Vila Horizonte, s/n Paranaguá – PR. no horário das 08h00 às 11h00, 13h30 às 17h00;

8.4 O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos materiais entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas neste Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o cumprimento das exigências.

8.5 Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o fiscal do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Educação.

8.6 Os materiais serão imediatamente recusados quando entregues com especificações diferentes das contidas no Termo de Referência e da proposta feita no procedimento licitatório.

8.7 Constatada está ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação. Os materiais que forem recusados, a critério da Administração, deverão ser substituídos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paranaguá.

8.8 Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não forem realizadas no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital.

8.9 Imediatamente após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, será providenciado o pagamento.

8.10 O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo do contrato.

8.11 Prazo mínimo de garantia/validade de 12 meses ou aquele oferecido pelo fabricante, o que for maior. Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela **ABNT, INMETRO, ANVISA** e/ou outras Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores.

8.12 Os materiais deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

8.13 Todos os produtos entregues deverão estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como o que foi solicitado no presente Edital.

8.14 O fornecedor fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações, com as características apresentadas pelos produtos estará sujeita as sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

recusa de entrega.

8.15 O recebimento do objeto se dividirá em provisório e definitivo e dar-se-á nos termos do Decreto Municipal 683/2018.

8.16 Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

8.17 Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no **item 1** deste Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Para acompanhar o contrato e fiscalizar a execução nos termos dispostos no Decreto Municipal 683/2018, será indicado o servidor estável para o acompanhamento:

FISCAL: Juliana de Felix Canestraro Bonardo matrícula: 10697-01 e Jean Carlos Torres Galdino matrícula 97249-01

9.2 A Secretaria de Educação fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar peças e demais insumos, bem como os serviços, que não forem considerados satisfatórios e determinar a licitante a correção das irregularidades.

9.3 A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

9.4 Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14133/2021, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais de Contratos devidamente nomeados por meio de portaria, nos termos do Decreto n.º 683/2018, de modo que não se considerará entregue o material, obra ou serviço (e por consequência não será autorizado o pagamento ao contratado), sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar o fornecimento dos itens de acordo com as especificações e quantidades



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

constantes no item 1 deste Termo de Referência;

10.2 Substituir imediatamente, sem ônus para a CONTRATANTE, o equipamento que vier a ser recusado;

10.3 Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços;

10.4 Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento ITENS, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;

10.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação;

10.6 Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

10.7 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 124, da Lei nº 14133/2021

10.8 Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS;

10.9 Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos itens, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;

10.10 A CONTRATADA deverá substituir no prazo Máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;

10.11 Demais condições constam nas disposições editalícias.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

11.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;

11.3 Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falha verificada no cumprimento da ata;

11.4 Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

11.5 Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

12. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, **devidamente atestada pelo fiscal do contrato**, observado os termos do Decreto Municipal 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta-corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. **É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação.** Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, **todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA**, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

12.2 A Secretaria Municipal de Educação reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os equipamentos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

12.3 O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do Contrato e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos documentos necessários e exigidos quando do certame, nos termos do Edital.

12.4 As demais condições do pagamento devem atender as disposições editalícias.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados nas seguintes dotações orçamentárias:

11.001.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1000

11.001.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1104

11.001.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1103

11.001.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1107



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

ou outra que venha substituí-la conforme a LOA vigente.

14. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

14.1 Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

- a) Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) Prática conluída: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de práticas ilícitas.

14.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, este poderá impor sanções **sobre empresa ou pessoa física**, inclusive declarando-a inelegível para contratos financiados.

Paranaguá, 23 de janeiro de 2026

Thiago Casas do Nascimento
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto 1443/2025



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP

INTRODUÇÃO

A aquisição de materiais esportivos para serem usados por profissionais nas aulas de Educação Física, se faz necessário para auxiliar os alunos no desenvolvimento motor amplo, habilidades fundamentais para a coordenação geral do aluno.

1. Identificação da Necessidade

A necessidade foi formalizada pela equipe pedagógica da Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral, onde após levantamento detalhado junto as unidades escolares da rede municipal, o levantamento identificou que a maior parte das instituições carece de materiais para o desenvolvimento de atividades físicas, o que compromete o processo ao aprendizado de práticas esportivas e limita que os profissionais de educação física trabalhem habilidades motoras amplas dos alunos, fundamental para a coordenação geral do aluno.

Os materiais são para uso de fins esportivos, visando atender as demandas das 75 Unidades Escolares e o Complexo de Natação Nereu Gouvêa, junto a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, uma vez que estes materiais são essenciais para dar continuidade a diversas atividades que são desenvolvidas nas escolas e centros de educação infantil. A prática regular de atividades físicas contribui para o bem-estar e saúde dos alunos, ajudando a prevenir doenças relacionadas ao sedentarismo. Auxilia nas habilidades motoras e físicas dos estudantes, podendo melhorar até a coordenação. A variedade de materiais esportivos permite adaptar as atividades às diferentes habilidades e interesses dos alunos, promovendo a inclusão de todos e respeitando a diversidade, apresentando assim valores como trabalho em equipe, respeito mútuo, liderança e resiliência, contribuindo para o desenvolvimento social e emocional dos estudantes. A oferta de atividades esportivas pode aproximar a escola da comunidade local e outras instituições, investir em materiais esportivos para as escolas não apenas beneficia o aluno



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

individualmente, mas também contribui para a construção de uma comunidade escolar mais saudável, inclusa e engajada.

2. Previsão no Plano de Contratação Anual

A atual contratação possui respaldo institucional, conforme estipulado no Plano de Contratação Anual de 2026, estando em perfeita consonância com as diretrizes do Planejamento da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

3. Requisitos da Contratação

- A Lei Municipal nº3468/2015, Meta 1.9, garantir mobiliário, equipamentos, brinquedos pedagógicos, jogos educativos e outros materiais acessíveis nas escolas da educação infantil, considerando as especificidades das faixas etárias e as diversidades em todos os aspectos, com vistas a valorização e efetivação do brincar nas práticas escolares, durante o processo de construção do conhecimento das crianças.
- Para que a contratação do objeto em questão seja efetivada, é importante que determinados requisitos sejam atendidos, conforme as especificidades do próprio objeto. Dentre esses requisitos, destacam-se critérios de capacidade de execução por parte do contratado, os quais devem observar, no mínimo as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.
- Para participar do certame, os fornecedores deverão atender integralmente às exigências da Lei nº 14.133/2021, incluindo:
 - regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
 - declaração de inexistência de impedimentos;
 - cumprimento das exigências de qualificação econômico-financeira, quando aplicável;
 - apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem experiência anterior em fornecimento de materiais escolares ou similares, conforme critérios fixados no edital.

Os requisitos legais visam assegurar que apenas empresas idôneas, regularizadas e capacitadas participem da contratação, garantindo segurança jurídica ao processo.

- A empresa contratada deverá oferecer materiais com qualidade compatível com as especificações técnicas, evitando itens de baixa durabilidade ou inadequados ao uso escolar. Caberá à Administração verificar amostras, quando exigido, para comprovação da



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

adequação dos itens antes da contratação ou antes do fornecimento, conforme definido no edital.

A empresa deverá ainda apresentar estrutura de suporte ao contratante, garantindo substituição de itens defeituosos, atendimento às reclamações e cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos.

- Cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos em contrato, garantia de que todas as encomendas serão entregues dentro do prazo acordado.
- Opção de entrega direta na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral para otimizar a distribuição e garantir que os materiais estejam disponíveis.
- Não será aceito Produtos com avaria.
- A empresa vencedora deverá atender garantia de três meses.

4. Estimativa Quantidades

O quantitativo e a respectiva unidade atribuída foram devidamente definidos mediante observação da demanda a ser atendida por 75 unidades escolares e o Complexo de Natação Nereu Gouvêa. Os números significativos de alunos refletem a necessidade de uma quantidade adequada de materiais para atender a demanda gerada pelo tamanho de turmas e pelo fluxo de atividades. A estimativa de quantidade de cada item foi realizada de acordo com os números de alunos matriculados no ano de 2025.

Alunos matriculados:

- Ensino Fundamental – 8.290
- Educação Infantil – 5.015
- Educação Especial – 995
- EJA – 275
- Tempo Integral – 1.871

Totalizando assim 16.446 alunos.

4.1 Estimativa de Valores

O valor estimado da contratação foi apurado com base na pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES nº 65/2021, que dispõe sobre a metodologia de estimativa de custos em contratações públicas. A pesquisa foi elaborada considerando múltiplas fontes de



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

mercado, fornecedor regional e consultas a contratações semelhantes realizadas por outros entes públicos.

Foram utilizadas, para fins de estimativa, as seguintes fontes de referência:

- a) cotação obtida diretamente com fornecedor do setor de materiais escolares;
- b) valores constantes de atas de registro de preços vigentes em outros municípios e estados;
- c) preços praticados por fornecedores consultados em plataformas eletrônicas de compras governamentais;
- d) consulta a sites de vendas pela internet.

A planilha consolidada, constante no processo, apresenta a composição completa dos Material Esportivos, a quantidade estimada e o valor unitário e total utilizado para fins de estimativa orçamentária. Os valores adotados passaram por análise técnica e tratamento estatístico, buscando a mediana dos preços encontrados, com exclusão de valores atípicos, conforme metodologias recomendadas pela legislação federal.

A estimativa do valor global considera ainda fatores operacionais que influenciam o custo final da contratação, tais como a complexidade da logística de entrega, o volume total da aquisição, a composição dos materiais e os requisitos de padronização necessários para atender à Rede Municipal de Ensino.

Importante destacar que o valor estimado não representa o valor contratual definitivo, mas sim referência para fins de planejamento e julgamento das propostas apresentadas no processo licitatório, respeitando-se o princípio da economicidade e o critério de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, o valor estimado registrado neste Estudo Técnico Preliminar comprova que a contratação é viável, compatível com os preços praticados pelo mercado e adequada ao planejamento orçamentário da Secretaria Municipal de Educação, garantindo segurança técnica e jurídica para o prosseguimento da fase licitatória.

5. Justificativa para o parcelamento ou não da Contratação

Considerando a natureza do objeto é viável o parcelamento dos itens. Desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando proporcionar a ampla participação de Licitantes.

6. Solução Proposta



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

6.1 Após uma análise dos dados apresentados, concluiu-se que a decisão mais eficaz é a aquisição de Material Esportivo. Esta medida visa atender de maneira otimizada as necessidades das Escolas, Centros de Educação Infantil da Rede Municipal e Complexo de Natação Nereu Gouvêa. Tal iniciativa não só visa aprimorar o ambiente educacional, mas também garantir o desenvolvimento integral dos alunos, proporcionando-lhes os recursos ideais para o seu desempenho esportivo. A aquisição dos itens, seguem as especificações traçadas pela SEMEDI, mediante o seu conhecimento de aquisições anteriores e estimativas de consumo dos seus departamentos, a qual verificou que, com base nessas estimativas de consumo, há maior vantagem econômica na aquisição, será em sistema de Registro de Preços conforme as necessidades desta Secretaria;

6.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências quanto às especificações do objeto

6.3 De modo geral, a Administração tem o dever de zelar pelo interesse público, cujas diretrizes que permeiam esta contratação são extensas, devendo a empresa contratada, assumir tais obrigações, evitando o risco de ser penalizada, pois, os instrumentos aqui presentes, é um esboço da finalidade do que se espera na execução contratual, tornando eficaz este modelo contratual.

7. Resultados Pretendidos

Os resultados pretendidos em termos e economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/21).

A administração busca, por meio da contratação da solução em análise, otimizar a economia, a eficácia e a eficiência, visando atender de maneira completa e eficaz todas as demandas logísticas e operacionais das Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino e do Complexo de Natação Nereu Gouvêa, não é apenas uma medida operacional, mas sim um investimento estratégico que visa melhorar significativamente a gestão educacional municipal, promovendo um ambiente propício ao aprendizado e ao crescimento dos estudantes do Município de Paranaguá. Com base nas especificações detalhadas, prazos rigorosos e quantidades precisas definidas, espera-se que o contato execute todas as suas obrigações e compromissos de forma integral e pontual. As



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

aquisições de materiais esportivos para as escolas vêm mostrar o compromisso e o cuidado que a Secretaria tem no desenvolvimento do aluno, assim, a administração confia que não será necessário rescindir o contrato ou aplicar quaisquer sanções devido a falhas na execução do acordo firmado.

8. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS DO CONTRATO

Providencias a serem adotadas pela administração previamente a celebração do contrato, inclusive quanto a capacitação de servidores ou para a fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

Nome do Fiscal do Contrato: Juliana de Felix Canestraro Bonardo

Matricula:10697-01

Nome do Sub Fiscal do Contrato: Jean Carlos Torres Galdino

Matricula: 97249-01

9. Sustentabilidade

Não há impactos ambientais.

10. Conclusão

Como bem vemos a aquisição do pedido é de total relevância no que tange a garantia de direitos fundamentais para se atingir uma educação eficiente, engajada e contemporânea. A viabilidade de compra de materiais esportivos tem por objetivo o desenvolvimento do aluno através do esporte. Trazendo eficiência e benefícios econômicos e atender as necessidades dos alunos de maneira oportuna e conveniente.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Thiago Casas do Nascimento
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto 1443/2025

ANEXO III

MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2026 QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E A EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.017.458/0001-15, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, Paranaguá, Paraná, neste ato representado pelo Ilmo. Sr. Secretário Municipal, conforme Decreto Municipal nº _____, doravante denominado CONTRATANTE;

e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, no Município de _____, Estado do _____, CEP _____, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, brasileiro(a), _____, residente e domiciliado(a) na _____, nº _____, Bairro _____, no Município de _____, Estado do _____, CEP _____, doravante denominada CONTRATADA;

têm entre si justo e acordado o presente Contrato Administrativo, que se regerá pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, pelos Decretos Municipais aplicáveis, em especial o Decreto nº 4.319/2023, bem como pelas condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 e seus anexos, os quais integram este instrumento independentemente de transcrição, especialmente:

- I – Edital do Pregão Eletrônico nº 030/2026;
- II – Proposta apresentada pela CONTRATADA em //

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais esportivos destinados às escolas da rede municipal de ensino e ao Complexo de Natação Nereu Gouvêa, visando ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2026, em seus anexos, especialmente no Termo de Referência (Anexo I), e na proposta vencedora.

1.2. O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitações expedidas durante a vigência do contrato, em consonância com o Sistema de Registro de Preços, não se obrigando o CONTRATANTE à aquisição da totalidade dos quantitativos estimados.

1.3. Considera-se parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2026, seus anexos e a proposta apresentada pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições do edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor total da contratação é de R\$ _____, inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos e custos de qualquer outra natureza que forem devidas, para entrega na unidade compradora.

2.2. O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesa, efetuada pela CONTRATADA, que não tenha sido expressamente acordada no presente instrumento.

2.3. As despesas decorrentes de eventual e futura contratação, oriunda da presente licitação, correrão pelas seguintes dotações:~

2.4 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.001.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1000

11.001.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1104

11.001.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1103



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

11.002.12.361.0016.2339.3.3.3.90.30 FONTE 1107

19.001.27.122.13.2190.3339030 FONTE 1000

ou outra que venha substituí-la conforme a LOA vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato decorre de Ata de Registro de Preços e tem por objeto o fornecimento de bens, não se caracterizando como contrato de prestação de serviços ou de empreitada, sendo sua execução realizada de forma parcelada, conforme demanda da Administração, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e demais anexos do Edital.

3.2. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, período durante o qual poderão ser realizadas as aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços, observado o interesse da Administração e a existência de saldo contratual.

3.3. A vigência deste contrato poderá ser prorrogada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa técnica, interesse da Administração e manutenção das condições vantajosas da contratação.

3.4. Eventuais alterações contratuais observarão o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante formalização por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

3.5. A extinção do contrato ocorrerá após o cumprimento integral das obrigações pelas partes ou nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante regular processo administrativo.

3.6. O término da vigência contratual não gera direito adquirido à continuidade do fornecimento, cabendo à Administração, se necessário, promover novo procedimento licitatório ou utilizar outro instrumento legalmente previsto.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

3.7. Em caso de atraso na execução por motivos imputáveis à Administração, devidamente justificados, poderá ser autorizada a prorrogação do prazo de execução, sem prejuízo do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante formalização adequada.

3.8. Os casos omissos relativos à vigência, execução e duração contratual serão resolvidos pela Administração, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, normas regulamentares aplicáveis e princípios do direito administrativo.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA

4.1. Cabe destacar que os materiais poderão ser solicitados parceladamente, no período de 12 meses, conforme as necessidades, com intervalos definidos pela Administração, e que o quantitativo ora contratado são uma estimativa de consumo, não obrigando o Município à aquisição total.

4.2 O prazo para a entrega deverá ser em até **20 (vinte) dias corridos** contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, sob pena das sanções previstas.

4.3 Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado desta Secretaria, na rua Alberto Gomes Veiga, Vila Horizonte, s/n Paranaguá – PR. no horário das 08h00 às 11h00, 13h30 às 17h00;

4.4 O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos materiais entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas neste Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o cumprimento das exigências.

4.5 Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o fiscal do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Educação.

4.6 Os materiais serão imediatamente recusados quando entregues com especificações diferentes das contidas no Termo de Referência e da proposta feita no procedimento licitatório.

4.7 Constatada está ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação. Os materiais que forem recusados,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

a critério da Administração, deverão ser substituídos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paranaguá.

4.8 Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não forem realizadas no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital.

4.9 Imediatamente após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, será providenciado o pagamento.

4.10 O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo do contrato.

4.11 Prazo mínimo de garantia/validade de 12 meses ou aquele oferecido pelo fabricante, o que for maior. Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela **ABNT, INMETRO, ANVISA** e/ou outras Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores.

4.12 Os materiais deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

4.13 Todos os produtos entregues deverão estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como o que foi solicitado no presente Edital.

4.14 O fornecedor fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações, com as características apresentadas pelos produtos estará sujeita as sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como recusa de entrega.

4.15 O recebimento do objeto se dividirá em provisório e definitivo e dar-se-á nos termos do Decreto Municipal 683/2018.

4.16 Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

4.17 Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no **item 1** do Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal nº 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

5.1.1. A Secretaria Municipal reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais/produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

5.2. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do contrato e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos seguintes documentos:

5.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

5.2.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

5.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;

5.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei.

5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura do Município de Paranaguá, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

5.5. A Prefeitura do Município de Paranaguá fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Executar o fornecimento dos itens de acordo com as especificações e quantidades constantes no item 1 deste Termo de Referência;

6.2 Substituir imediatamente, sem ônus para a CONTRATANTE, o equipamento que vier a ser recusado;

6.3 Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços;

6.4 Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento ITENS, nos termos da legislação vigente, e efetuá-los de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;

6.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação;

6.6 Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

6.7 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 124, da Lei nº 14133/2021

6.8 Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS;

6.9 Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos itens, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;

6.10 A CONTRATADA deverá substituir no prazo Máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;

6.11 Demais condições constam nas disposições editalícias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto contratual e verificar sua conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

da Contratada, recusando-o, total ou parcialmente*, na hipótese de desconformidade com as exigências estabelecidas.

7.2. Prestar todas as informações e os esclarecimentos necessários ao pleno cumprimento do contrato, sempre que solicitados pela Contratada.

7.3. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas, irregularidades ou inexecuções parciais* verificadas na execução do contrato, indicando prazo razoável para a respectiva correção, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Notificar, por escrito, a Contratada sobre o não recebimento do objeto* indicando de forma clara e fundamentada as razões da recusa e as desconformidades constatadas em relação às especificações do Termo de Referência, do edital ou da proposta.

7.5. Assegurar as condições adequadas e os meios necessários para que a Contratada possa cumprir integralmente as obrigações assumidas, observando o princípio da cooperação entre as partes* previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos da Lei nº 14133/2021, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais apresentados por Secretaria participante do certame e/ou pela Comissão Especial de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto nº 683/2018, de modo que não se considerará entregue os bens, objeto desta licitação, e por consequência não serão autorizados os pagamentos aos contratados, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes no Termo de Referência, do edital e do contrato.

8.2. A fiscalização da execução do contrato é obrigatória, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento dos produtos que não forem



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

considerados satisfatórios e determinar, à licitante, a substituição de produtos ou correção de irregularidades.

8.3. O representante legal da Contratante deverá acompanhar e controlar a execução do contrato com eficiência.

8.4. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com artigo 140 da lei 14133/2021

8.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.6. Indicam-se para fiscal do referido contrato:

Nome do Fiscal do Contrato: Juliana de Felix Canestraro Bonardo

Matricula:10697-01

Nome do Sub Fiscal do Contrato: Jean Carlos Torres Galdino

Matricula: 97249-01

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

9.1. Os preços contratados poderão ser reajustados ou revistos, observadas as disposições desta cláusula e da Lei nº 14.133/2021, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.2. Do Reajuste de Preços



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

9.2.1. O reajuste de preços tem por finalidade a recomposição do valor da moeda, devendo observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação ou da data da proposta, conforme definido no edital.

9.2.2. O reajuste será calculado mediante a aplicação do índice previsto no edital e no contrato, que deverá refletir a variação dos custos relacionados ao objeto contratado.

9.2.3. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Da Revisão de Preços (Reequilíbrio Econômico-Financeiro)

9.3.1. A revisão dos preços poderá ocorrer para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da Administração.

9.3.2. O pedido de revisão deverá ser formalmente apresentado pela parte interessada, devidamente instruído com documentação comprobatória, memória de cálculo detalhada e demonstração inequívoca da variação dos custos e do impacto no contrato.

9.3.3. A análise do pedido será realizada pela Administração, mediante avaliação técnica e decisão motivada.

9.3.4. A revisão, quando deferida, será formalizada por termo aditivo, nos termos da legislação aplicável.

9.4. Disposições Gerais

9.4.1. Não será admitida a concessão de reajuste ou revisão sem a devida comprovação dos requisitos legais.

9.4.2. A Administração poderá solicitar documentos e informações complementares para análise do pedido.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

9.4.3. A solicitação de revisão não exime a Contratada do cumprimento das obrigações contratuais, devendo a execução prosseguir nas condições vigentes até decisão final.

9.4.4. As alterações decorrentes desta cláusula observarão o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e serão formalizadas por instrumento próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA, QUALIDADE E CONFORMIDADE DOS MATERIAIS

10.1. A Contratada garante que todos os materiais fornecidos no âmbito deste contrato serão entregues em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, no edital e demais documentos que integram o presente instrumento contratual.

10.2. A Contratada deverá assegurar que os materiais fornecidos:

- atendam aos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente e pelas normas técnicas aplicáveis;
- sejam novos, sem uso, em perfeitas condições de utilização e adequados à finalidade a que se destinam;
- estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas pela Administração.

10.3. A Contratada deverá substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, quaisquer materiais que apresentem defeitos, vícios, inconformidades ou que estejam em desacordo com as especificações previstas no Termo de Referência, sem qualquer ônus para a Administração.

10.4. A Contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, assegurando que todos os materiais sejam fornecidos dentro do período de vigência do contrato.

10.5. A garantia prevista nesta cláusula permanecerá válida durante todo o período contratual e durante o prazo de garantia legal ou contratual dos materiais fornecidos, obrigando a Contratada a realizar a substituição ou correção de eventuais irregularidades identificadas pela Administração, sem custos adicionais.

10.6. Caso a Contratada não cumpra as obrigações previstas nesta cláusula, a Administração poderá aplicar as sanções administrativas cabíveis previstas na Lei nº



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

14.133/2021, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa decorrente do descumprimento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, as condutas praticadas pelo licitante ou contratado que violem as disposições legais, editalícias ou contratuais, sujeitando-os às sanções previstas nesta cláusula, observados o devido processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa.

11.2. O licitante ou contratado poderá ser responsabilizado administrativamente quando:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) apresentar declaração ou documentação falsa;
- d) não celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal ou praticar ato lesivo à Administração Pública.

11.3. Pela prática das infrações administrativas previstas nesta cláusula, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.4. A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na entrega dos materiais: multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 30 (trinta) dias;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

- b) Atraso superior a 30 (trinta) dias, quando caracterizada a inexecução parcial ou total do objeto: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida;
- c) Inexecução total do contrato: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;
- d) Inexecução parcial do contrato: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

11.5. O somatório das multas aplicadas não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

11.6. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

11.7. As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação administrativa, podendo, a critério da Administração, ser descontadas de valores eventualmente devidos à contratada ou cobradas judicialmente.

11.8. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia contratual, quando exigida, o contratado responderá pela diferença, que poderá ser descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.9. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração Pública.

11.10. A aplicação de qualquer penalidade dependerá da instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

11.11. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal produzirá efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Paranaguá, pelo prazo estabelecido na decisão administrativa.

11.12. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública perdurará enquanto subsistirem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações ou do término de sua vigência, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

12.1.1. Aplicam-se à extinção contratual, no que couber, as disposições dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.2. A alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção do contrato, desde que não comprometa sua capacidade de execução.

12.1.3. Caso a alteração implique mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo, observadas as condições e limites previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.2. O termo de extinção contratual, sempre que possível, será precedido de:

12.2.1. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. relação dos pagamentos já efetuados e dos valores ainda devidos;

12.2.3. apuração de eventuais indenizações e penalidades aplicáveis.

12.3. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que poderá ser devida indenização, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021, mediante regular processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

13.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

14.1. Fica estabelecido que na hipótese de a CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como pelas demais normas de direito público aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas de direito privado que sejam compatíveis com o regime jurídico-administrativo.

Parágrafo único. Os casos omissos ou situações não expressamente previstas neste contrato serão decididos pela CONTRATANTE, com fundamento na legislação vigente e nas normas aplicáveis à espécie.

15.2. Eventuais dúvidas relativas à execução e à interpretação das cláusulas do presente contrato serão dirimidas à luz dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da boa-fé objetiva e da função social dos contratos, bem como em conformidade com os princípios gerais do direito, observando-se, em qualquer caso, a supremacia do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. As partes comprometem-se a observar, durante todas as fases da contratação, as normas de prevenção e combate à fraude e à corrupção, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislações aplicáveis.

16.2. Para os fins desta cláusula, consideram-se práticas vedadas:

- a) prática corrupta: oferecer, prometer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, vantagem indevida com o objetivo de influenciar a atuação de agente público no processo licitatório ou na execução do contrato;
- b) prática fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou a execução contratual;
- c) prática colusiva: ajustar ou combinar, entre dois ou mais licitantes, condições com o objetivo de frustrar o caráter competitivo do certame;
- d) prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, a pessoas ou bens, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

e) prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas, ou prestar informações falsas, com o objetivo de impedir a apuração de irregularidades relacionadas ao contrato.

16.3. A CONTRATADA declara que não praticou e não praticará quaisquer das condutas vedadas previstas nesta cláusula, comprometendo-se a comunicar imediatamente à Administração qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

16.4. O descumprimento do disposto nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e administrativa cabíveis.

16.5. Na hipótese de financiamento do contrato por organismo financeiro nacional ou internacional, poderão ser aplicadas as regras específicas por ele estabelecidas, inclusive quanto à fiscalização e auditoria, desde que previamente informadas no instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA PUBLICIDADE

17.1. Uma vez firmado o presente Contrato terá ele seu extrato publicado no periódico Diário Oficial dos Municípios do Paraná, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 94 da lei 14133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

SECRETÁRIO MUNICIPAL

(Nome da empresa)

Testemunha

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - (VALORES ATUALIZADOS CONFORME LANÇE FINAL)

A
Prefeitura do Município de Paranaguá

Empresa: _____

Denominação social: _____

Inscrição estadual ou municipal: CNPJ: _____

Endereço: E-mail: Telefone: _____

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, e às cláusulas e condições estabelecidas para o **Pregão Eletrônico nº 030/2026**.

2) Proponho executar os itens abaixo indicados, de acordo com o especificado no Edital, pelos preços discriminados, asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerão estes últimos;

3) Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

considerando que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, assim como os valores referentes às perdas inerentes ao processo;

4) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNIT.	QTD.	VLR. TOT.

Observações:

1 – Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em edital.

2 – A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.

3 – Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026

Nome da Empresa
CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 030/2026, instaurado pela Prefeitura do Município de Paranaguá–PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026

Nome da Empresa

CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7 INCISO XXXIII

Declaramos, para os fins do disposto , em atendimento a Constituição Federal – ARTIGO 7 INCISO XXXIII que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Paranaguá, ____ de ____ de 2026

Assinatura e Carimbo

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ no _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e carimbo

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

(Modelo)

A empresa _____,
CNPJ nº _____, com sede em _____
_____ (endereço completo), por
intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para os fins do PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 030/2026, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação exigidos no Edital.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e carimbo

ANEXO IX

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

_____ DOCUMENTO DE

IDENTIDADE Nº: _____ ÓRGÃO EMISSOR: _____

CPF Nº:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE A HABILITAÇÃO

A _____ CNPJ
nº _____, sediada em _____/_____, Rua
_____, nº _____, declara, sob as penas da
lei, a inexistência de fatos impeditivos à sua habilitação no presente processo licitatório,
ciente da obrigatoriedade se declara que não há ocorrências posteriores e anteriores.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Assinatura e Carimbo

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

_____ inscrito no CNPJ
sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o
(a) Sr. (a) _____, portador da Carteira de
Identidade _____ e do CPF nº _____ DECLARA para
fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal
de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados
executando trabalho degradante ou forçado.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo

ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ – PR

A _____, inscrito no
CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador da Carteira de Identidade
_____ e do CPF nº _____, DECLARA que cumpre as exigências
de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,
prevista no inciso IV, do artigo 63, na Lei nº 14.133/2021 e em outras normas específicas.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Cidade/UF, _____ de _____ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)
Nome da Empresa CNPJ: _____